



CBH
ARAGUARI

*Comitê da Bacia Hidrográfica do
Rio Araguari*



EQUIPARAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO REGIONAL E MULTISSETORIAL
DE USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA DO RIO ARAGUARI -
ABHA À AGÊNCIA DE BACIA

ABHA
ARAGUARI

*Associação Executiva
Comitê da Bacia Hidrográfica do
Rio Araguari*

ASSOCIAÇÃO EXECUTIVA E COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ARAGUARI
Rua Jaime Gomes, 403 Fundos Araguari Minas Gerais Brasil Cep: 38440-244
FoneFax: (34) 3246-4269 E-mail: abha@cbharaguari.com.br - Site: www.cbharaguari.com.br



**EQUIPARAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO REGIONAL E MULTISSETORIAL
DE USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS
DA BACIA DO RIO ARAGUARI - ABHA À AGÊNCIA DE BACIA**

SETEMBRO DE 2005



*Comitê da Bacia Hidrográfica do
Rio Araguari*

**EQUIPARAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO REGIONAL E MULTISSETORIAL
DE USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS
DA BACIA DO RIO ARAGUARI - ABHA À AGÊNCIA DE BACIA**

**BELO HORIZONTE
SETEMBRO DE 2005**

**Publicado pelo
Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Araguari CBH - Araguari**

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ARAGUARI – CBH/ARAGUARI

Antônio Reinaldo Caetano	Presidente
Ana Luiza Bilharinho	Vice-Presidente
Wilson Okira Shimizo	1º. Secretário
Joaquim Menezes	2º. Secretário

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO EXECUTIVA DO COMITÊ DA BACIA
HIDROGRÁFICA DO RIO ARAGUARI – ABHA**

Neudon Veloso	Presidente
Mário Naves Mota	
Leonídio José Antônio Cruz	
Ribamar Moreira de Rezende	
Sérgio Segantini Bronzi	

CONSELHO FISCAL DA ABHA

Jorge Hermógenes Rocha	Presidente
------------------------	------------

DIRETORES DA ABHA

Názara Maria Naves Silva Borges	Diretora
Leocádio Alves Pereira	Coordenador de Administração e Finanças
Carlos Ernane Vieira	Coordenador Técnico
Tathiana Renata	Secretária




Membros do Comitê da Bacia Hidrografia do Rio Araguaari

Nº	Nome	INSTITUIÇÃO/CIDADES			
1	Adalto Ribeiro Franco	SIND. RURAL UBERLANDIA	38	Marcio Amaral	PATROCINIO
2	Adélio Bráz Tinoco	EMATER-MG	39	Marcos José de Carvalho - Major	PMMG
3	Ana Luísa Bilharinho da Silva	CODAU Uberaba	40	Marcos Roberto Moreira	CCBE
4	Ana Luíza Puntel Mota	IEF	41	Maria Antonieta Amaral	FETAEMG
5	André Luis Teixeira Fernandes	UNIUBE	42	Marina do Carmo S de Carvalho	CAMPOS ALTOS
6	Antônio Reinaldo Caetano	ACA Araguaari	43	Marina Lígia de Oliveira Rocha	IEF
7	Augusto César Soares dos Santos	RURALMINAS	44	Mário Naves Motta	FIEMG
8	Bruno Gonçalves dos Santos	ARAGUARI	45	Mauro Cesar Rodrigues	ARAGUARI
9	Carlos Alberto Migueletto	RURALMINAS	46	Mirna Cafrune	40ª Sup. Reg. Ensino
10	Celso Castilho de Souza	CCBE	47	Názara Maria Naves Silva Borges	ABES
11	Claisson Alves Ferreira	CAMPOS ALTOS	48	Nivaldo Freitas Silva	IMA
12	Cláudio Paes de Almeida	ACA	49	Osny Zago	SAAE Sacramento
13	Evandro Florêncio	FEAM	50	Paulo Roberto Camargos	ARAXÁ
14	Fernando Antonio Abdalla	AGB	51	Paulo Veloso Rabelo	UNIUBE
15	Geraldo Angelo de Vasconcelos	IBIA	52	Pedro Celestino de Oliveira	Inst. Eng. Arq. Triangulo
16	Geraldo Nunes de Oliveira	SANTA JULIANA	53	Pedro Rodrigues Naves	FAEMG
17	Gilmar Ribeiro de Castro	ABAS	54	Renato Tannús G. Júnior	DADS - Sec. Est. Saude
18	Hermógenes Vicente Ribeiro	SACRAMENTO	55	Ribamar Moreira de Rezende	CEMIG
19	Hideraldo Buch	DADS - Sec. Est. Saúde	56	Ricardo Caetano de Lima	UBERABA
20	Irani Ferreira Chagas	RIO PARANAIBA	57	Ricardo Lucio Alvarenga	PERDIZES
21	Ismael Figueiredo Dias da Costa Cunha	CREA - MG	58	Romeu Antonio Barbosa	DAE Tupaciguara
22	Jairo Jose Carneiro	COPASA	59	Ronaldo Correa de Lima	DAEPA Patrocinio
23	João Marques Pova Junior	CREA - MG	60	Ronan Afonso Borges	PERDIZES
24	Joaquim Menezes Ribeiro da Silva	TUPACIGUARA	61	Rosa Maria Cruz Laender Costa	FEAM
25	Jorge Hermógenes Rocha	IMA	62	Rosângela Eugênia do Amaral Rios	ARAXÁ
26	José Bastos de Lima Sub Tenente	PMMG	63	Samuel do Carmo Lima	AGB - Ass. Bras. Geografos
27	José Divino Melo	FETAEMG	64	Sandro Aparecido de Lima	ASS. IRRIG. TUPACIGUARA
28	José Roberto da Silva	EMATER-MG	65	Saulo de Lima Bernades	ABAS
29	Julio Barros Junior	PATROCINIO	66	Sebastião Donizetti Teixeira	SANTA JULIANA
30	Kleber Lúcio Borges	SAE Araguaari	67	Sérgio Segantini Bronzi	ASSOCIAÇÃO IRRIGANTES
31	Lazaro Elveci de Oliveira	Inst. Eng. Arq. Triangulo	68	Thais Ferreira Martins	IGAM
32	Lázaro Ivan Fernandes	40ª Sup. Reg. Ensino	69	Valdete Souza de Oliveira	IGAM
33	Leocádio Alves Pereira	DMAE	70	Valter Gomes de Moura	CEMIG
34	Leonídio José Antônio da Cruz	COPASA	71	Washington Luiz Assunção	UFU
35	Lucio Aldo Franco Manna	ABES	72	Wilson Akira Shimizu	UFU
36	Luiz Humberto de Almeida Finotti	UBERLANDIA			
37	Marcia Aparecida Silva	IBRAM			



Equipe técnica

COORDENAÇÃO DO ESTUDO

Responsável:	Paulo Maciel Junior	
Formação Técnica:	Engenheiro Especializado em Gestão de Recursos Hídricos	
Registro Profissional:	CREA-RJ 31887/D	

EQUIPE DE DESENVOLVIMENTO DO ESTUDO

Nome	Formação Técnica
Sergio Myssior	Arquiteto e Especialista em Gestão Empresarial / Planejamento Financeiro
Denise de Carvalho Falcão	Advogada
Maria Thereza C. Mesquita	Bacharel em Direito
Frederico Mori Barros Teixeira	Trainee em Geografia e Análise Ambiental
Yash Maciel	Trainee em Geografia e Análise Ambiental
Cleidiane Muniz Coelho	Gestão Administrativa



Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. A BACIA DO RIO ARAGUARI	8
2.1. OS USOS DAS ÁGUAS	8
2.2. OS PROBLEMAS AMBIENTAIS.....	8
2.3. A QUALIDADE DAS ÁGUAS	8
3. ANTECEDENTES	8
3.1. O CBH-ARAGUARI.....	8
3.2. A ASSOCIAÇÃO EXECUTIVA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ARAGUARI – ABHA	8
4. SISTEMAS DE RECURSOS HÍDRICOS E INSTRUMENTOS DE GESTÃO	8
4.1. A POLÍTICA NACIONAL DOS RECURSOS HÍDRICOS – LEI 9.433/97	8
4.2. A POLÍTICA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – LEI 13.199/99.....	8
5. ASPECTOS JURIDICOS DE UMA AGÊNCIA DE BACIA.....	8
5.1. DAS AGÊNCIAS DE BACIAS	8
5.2. DAS ENTIDADES EQUIPARADAS À AGÊNCIA DE BACIA.....	8
5.3. DA COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS.....	8
5.4. DOS INSTRUMENTOS PARA GESTÃO ADMINISTRATIVA	8
6. ASPECTOS TÉCNICOS DE UMA AGÊNCIA DE BACIA	8
6.1. AS FUNÇÕES BÁSICAS DA AGÊNCIA DE BACIA	8
6.2. OS INSTRUMENTOS TÉCNICOS DA AGÊNCIA DE BACIA.....	8
7. JUSTIFICATIVA DA PROPOSTA DE EQUIPARAÇÃO	8
7.1. JUSTIFICATIVA JURÍDICA.....	8
7.2. JUSTIFICATIVA TÉCNICA.....	8
7.2.1. DAS COMPETÊNCIAS LEGAIS.....	8
7.2.2. DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	8
7.2.3. DOS RECURSOS HUMANOS	8
7.3. JUSTIFICATIVA ECONÔMICA.....	8
7.3.1. DOS RECURSOS FINANCEIROS	8
7.3.2. VIABILIDADE ECONÔMICA	8
7.3.3. PERSPECTIVAS PARA IMPLANTAÇÃO DA AGÊNCIA.....	8
8. CONCLUSÃO.....	8
9. BIBLIOGRAFIA	8
10. ANEXOS	8
10.1. OUTORGAS CONCEDIDAS PELO IGAM NA BACIA DO RIO ARAGUARI.	8
10.2. ESTATUTO DA ABHA.	8
10.3. ATO DELIBERATIVO DO CBH-ARAGUARI AUTORIZANDO O REQUERIMENTO DA EQUIPARAÇÃO JUNTO AO CERH-MG.....	8



1. INTRODUÇÃO

Com o atual cenário de degradação da qualidade e quantidade das águas brasileiras e seus impactos diretos nos usos mais nobres tais como; abastecimento doméstico, irrigação, recreação, pesca e a partir das perspectivas de soluções criadas com a promulgação da Lei Federal 9.433/97 e suas correspondentes estaduais, é grande a mobilização da sociedade no sentido de cobrar soluções assim como participar da recuperação dos recursos hídricos. Fundamentada em modernos conceitos que possuem por princípios a descentralização, a participação e a solidariedade financeira, a Política Nacional de Recursos Hídricos caminha no sentido da mudança do mencionado cenário ainda que em seus primeiros passos.

Na verdade, não existe outro caminho para a melhoria de nossas águas que não conjugue com a descentralização das decisões dentro de um processo de co-participação - governo – sociedade. Esta mais do que provado que a efetiva recuperação da saúde e da qualidade de vida do povo brasileiro, necessita de educação e cidadania além das obras de saneamento e de infra-estrutura.

O governo mineiro com mais de 20 Comitês de Bacias Hidrográficas legalmente instituídos demonstra vontade e perseverança no sentido de mudar o quadro de seus problemas ambientais. Por outro lado, alguns importantes instrumentos de gestão de recursos hídricos (a exemplo da cobrança) ainda se encontram em fase embrionária de implantação.

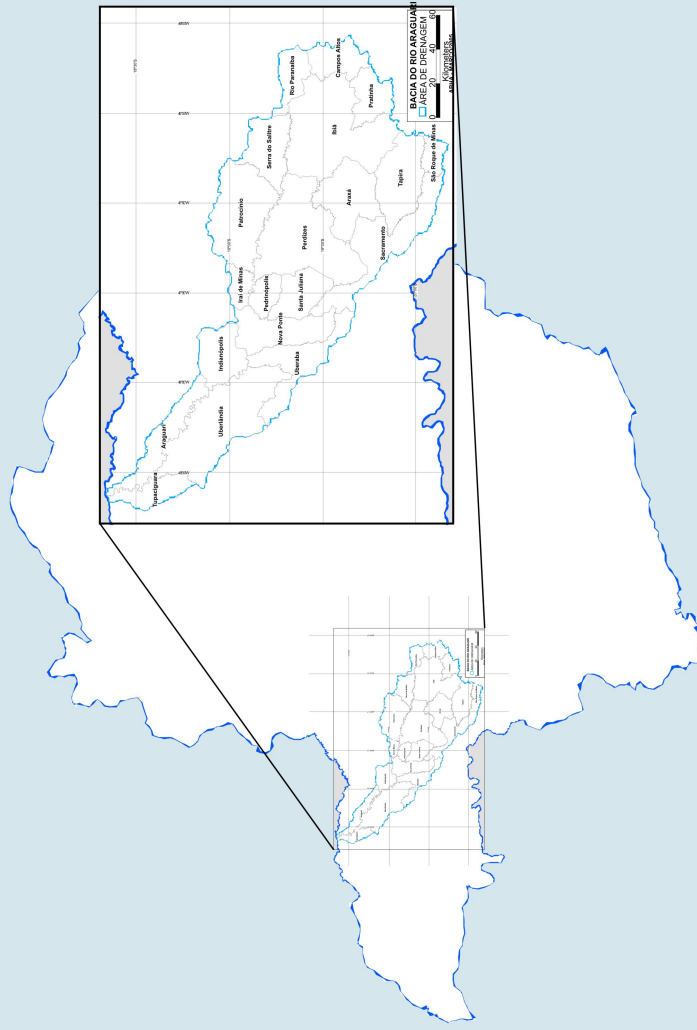
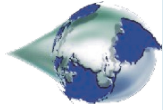
Como consequência de toda esta movimentação nacional criou-se uma expectativa e tornou-se extremamente grande a demanda por resultados concretos. É com este espírito que o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari – CBH Araguari vêm ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos solicitar a equiparação da Associação Multissetorial de Usuários de Recursos Hídricos – ABHA à Agência de Bacia.



2. A BACIA DO RIO ARAGUARI

A bacia do rio Araguari localiza-se no oeste do Estado de Minas Gerais, entre as coordenadas 18° 20' e 20° 10' de latitude sul e 46° 00' e 48° 50' de longitude oeste, a sua maior porção territorial insere-se na mesoregião geográfica do Triângulo Mineiro, fazendo ainda divisa com:

- A bacia do rio Tijuco a oeste e sudoeste;
 - A bacia do rio Grande ao sul;
 - A bacia do São Francisco a leste;
 - A norte e noroeste com a bacia do rio Dourados e também ao norte com as nascentes do rio Paranaíba.
- O mapa que segue ilustra claramente a localização e municípios que fazem parte da bacia do rio Araguari.



NOTAS Este mapa foi elaborado com base em dados fornecidos pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e pelo LUME (Laboratório de Uso e Manejo do Ambiente). O mapa foi elaborado em 2014, com base em dados de 2013.	REVISÃO 1.0	DATA 10/10/2014	ELABORADO LUME	COORDENADOR LUME	SERVIÇOS DE REFERÊNCIA LUME	CBH Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araguaia	DEPARTAMENTO LUME	COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ARAGUAIA COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ARAGUAIA COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ARAGUAIA
---	-----------------------	---------------------------	--------------------------	----------------------------	---------------------------------------	--	-----------------------------	---



O rio Araguari nasce no Parque Nacional da Serra da Canastra no município de São Roque de Minas e percorre 475 km até a sua foz no rio Paranaíba. O rio Paranaíba e o rio Grande são formadores da bacia transnacional do rio Paraná - rio da Prata.

A região próxima ao vale do rio Araguari apresenta uma paisagem com relevo fortemente ondulado e com altitudes que variam de 800 a 1.000 m. O tipo de solo predominante é o latossolo vermelho e vermelho escuro, que são solos muito férteis. A vegetação predominante é o cerrado. (UFU – Universidade Federal de Uberlândia/Instituto de Geografia / CNPq - 2004)

O clima da bacia do rio Araguari é caracterizado por duas estações distintas, onde a seca compreende os meses de abril a setembro e a úmida entre outubro e março, com variações da temperatura entre 18 ° C (julho) e 23,5 ° C (fevereiro a março).

A geomorfologia identificada abrange cinco compartimentos como unidades morfoestruturais: complexo granito-gnaissico, bacia sedimentar do paraná, faixa de dobramento, intrusões dômicas e bacia sedimentar cenozóica.

Sua rea de drenagem de 22.091 km² compreende 20 municípios sendo que apenas 7 deles estão totalmente inseridos na bacia hidrográfica. Ver tabela a seguir.

MUNICÍPIO	ÁREA (km ²)	
	TOTAL	NA BACIA
Araguari (**)	2.714	884
Araxá	1.170	1.170
Campos Altos	730	608
Ibiá	2.701	2.701
Indianpolis	821	821
Iraí de Minas (*)	351	298
Nova Ponte	1.111	1.057
Patrocínio	2.855	1.789
Pedrinópolis	359	359
Perdizes	2.455	2.455
Pratinha	632	603
Rio Paranaíba (*)	1.348	524
Sacramento (*)	3.101	1.600
Santa Juliana	733	733
São Roque de Minas (*)	2.113	260
Serra do Salitre	1.289	885
Tapira	1.180	1.180
Tupaciguara (*)	1.828	577
Uberaba (*)	4.651	1.140
Uberlândia	4.133	2.446
TOTAL	32.190	22.091

Fonte: VIEIRA, C. E.

(*) – Município cuja sede localiza-se fora da área da bacia

(**) – Município cuja sede localiza-se, parcialmente, no interior da bacia.

Nos últimos 30 anos, ocorreram grandes mudanças nas cidades da bacia do rio Araguari no que se diz respeito  densidade demográfica, crescimento populacional e urbanização. Segundo o IBGE, nos anos 70 os municípios da bacia contavam com uma população total de 515.768 habitantes, no último censo realizado em 2000 houve um salto para 1.163.718 habitantes (esses números mostram a tendência, mas não representam a população da área de drenagem da bacia hidrográfica).



A maioria dos municípios apresenta uma concentração populacional nas áreas urbanas, sendo que cinco deles, de acordo com dados do último Censo Demográfico IBGE /2000, Araguari, Araxá, Campos Altos, Uberaba e Uberlândia passam dos 90% da população na zona urbana, e outros cinco Ibiá, Patrocínio, Pedrinópolis, Santa Juliana, e Tupaciguara aproximam deste número, impulsionados pela modernização do campo.

Em outros municípios, segundo IBGE/2000, encontra-se ainda uma população rural relativamente significativa, caso de Indianópolis, Perdizes, Rio Paranaíba, Pratinha e São Roque de Minas.

A população da bacia segundo IBGE 2000 encontrava-se em torno de 759.983 habitantes considerando-se apenas a parcela dos municípios que contribuem para a área de drenagem da bacia do rio Araguari. Ver tabela a seguir.

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO
Araguari	51.151
Araxá	87.449
Campos Altos	12.630
Ibiá	22.066
Indianópolis	6.045
Iraí de Minas	942
Nova Ponte	12.538
Patrocínio	70.319
Pedrinópolis	5.443
Perdizes	12.934
Pratinha	2.914
Rio Paranaíba	824
Sacramento	2.537
Santa Juliana	9.726
São Roque de Minas	180
Serra do Salitre	9.307
Tapira	3.572
Tupaciguara	1.643
Uberaba	12.308
Uberlândia	435.455
TOTAL	759.983

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -
IBGE

Considerando-se a tabela de projeção de população da Fundação João Pinheiro estima-se que a população da bacia do rio Araguari esteja em torno de 950.000 habitantes. Ver gráfico a seguir:

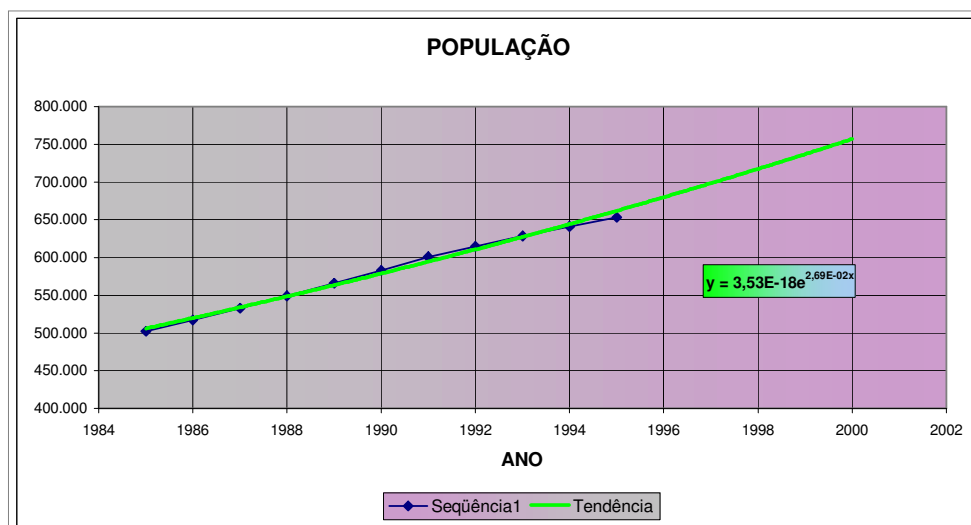


FIGURA – População Total da bacia do Rio Araguaçu com projeção para o ano 2000
Fonte: Fundação João Pinheiro, 1996. PIB de Minas Gerais – Municípios e Regiões.

2.1. Os Usos das Águas

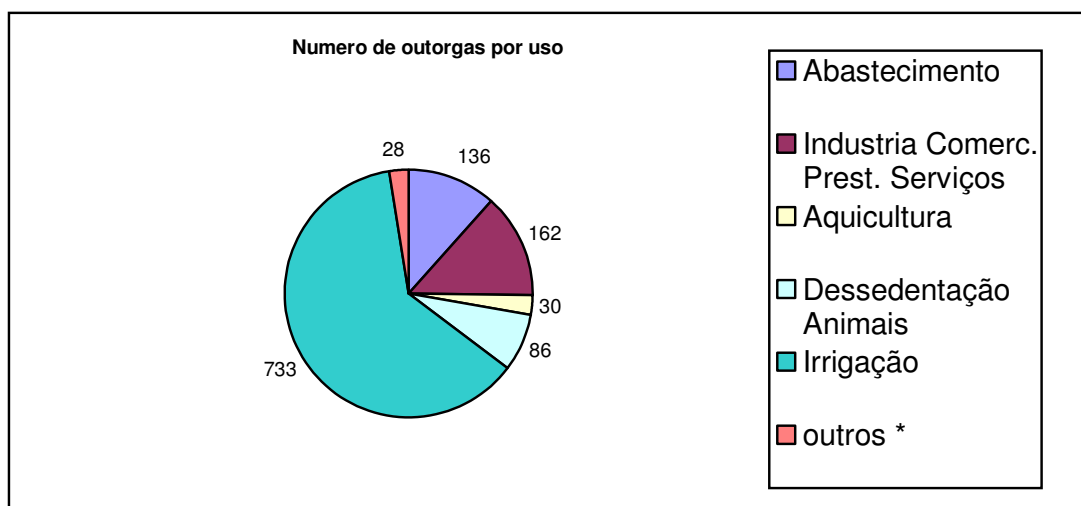
O potencial hídrico da bacia do rio Araguaçu vem sendo explorado, principalmente para o abastecimento doméstico, irrigação, dessedentação animal, uso industrial e geração de energia hidroelétrica. Atualmente a bacia possui duas grandes usinas hidroelétricas - Nova Ponte e Miranda - estando ainda em construção as usinas de Capim Branco I e II.

De acordo com dados fornecidos pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM, foram concedidas até o mês de Abril de 2005, 1175 outorgas entre águas superficiais e subterrâneas. A tabela abaixo demonstra que o uso das águas destinadas à irrigação representa 61% das outorgas da bacia:

Tabela de Usos	N ° de Outorgas		Vazão L / S	
	Por Uso	%	Por uso	%
Abastecimento	136	12	7.701,06	26,99
Aqüicultura	30	3	38,36	0,01
Dessedentação Animais	86	7	144,00	1
Industria, comercio, serviços	162	14	2.288,00	8
Irrigação	733	62	17.651,20	61
Outros *	28	2	747,12	3
Total	1175	100	28.570,00	100

* Outros: Recreação, transposição e regularização de vazão, urbanização.

Fonte: IGAM/2005



*Outros: Recreação, transposição e regularização de vazão, urbanização.

Fonte: IGAM/2005

Do total das vazões outorgadas aproximadamente 6.11 % referem-se a captações de água subterrânea.

2.2. Os Problemas Ambientais

Os principais problemas ambientais da bacia do rio Araguari ocorrem com maior frequência na zona urbana causados pela falta de coleta e tratamento de esgoto doméstico e industrial, disposição inadequada de resíduos sólidos domésticos, drenagem pluvial ineficaz ou inexistente. A situação agravou-se nos últimos anos com o acelerado adensamento dos centros urbanos, causado pela fuga do homem do campo devido à modernização agrícola e falta de infra-estrutura de armazenamento e transporte para a produção.

Outro problema tem sido o uso inadequado do entorno dos reservatórios com a implantação de loteamentos sem as condições básicas de infra-estrutura e desprovidos da preocupação ambiental necessária para a sustentabilidade dos empreendimentos.

Na zona rural, o cerrado vem sendo substituído por uma agricultura altamente modernizada, destinada à produção de grãos, como café, soja, milho, arroz e atividades de pecuária como criação de gado de corte e de leite. Apesar da modernização no campo os problemas ambientais decorrentes das atividades agropecuárias aumentam, causando danos principalmente sobre os recursos hídricos, com contaminação por agroquímicos e retirada de água em excesso.

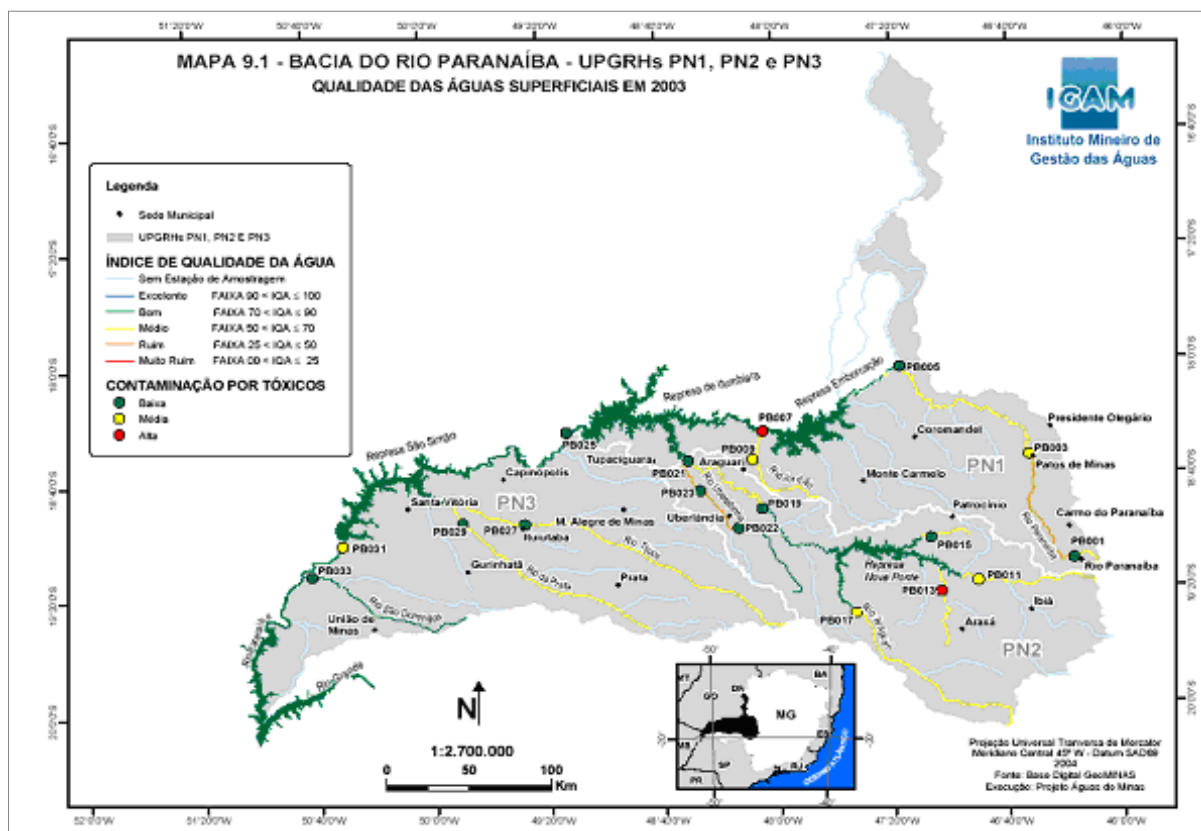
Também nas áreas agrícolas, é preocupante o destino final de lixo e esgoto provenientes de domicílios rurais. O esgoto geralmente é direcionado para fossas sépticas que possuem baixa eficiência, e muitas vezes construído em locais inadequados. Em muitos domicílios o esgoto corre a céu aberto, tendo como destino final os corpos d'água. O lixo gerado nos domicílios rurais tem como destino final, em sua maioria, as margens e os cursos d'água ou são utilizados como alimento de animais.

Devido ao adensamento populacional, modernização agrícola e até mesmo a falta de conhecimento por parte da população perante os problemas ambientais, tem-se hoje como consequência a poluição e contaminação das águas, tanto superficial quanto subterrânea. (UFU – Universidade Federal de Uberlândia/Instituto de Geografia /CNPq - 2004)



2.3. A Qualidade das Águas

Para acompanhar a evolução da qualidade das águas da bacia do rio Araguari, o Estado de Minas Gerais através do Projeto Águas de Minas possui 8 estações de monitoramento onde se realizam coletas e análises trimestrais com cerca de 50 parâmetros. O mapa a seguir ilustra a localização as estações de monitoramento do Projeto Águas de Minas na bacia do rio Paranaíba e Araguari.



Fonte:IGAM/2003

Segundo o Projeto Águas de Minas, o rio Araguari apresentou em 2003 uma média anual do Índice de Qualidade das Águas (IQA) no nível Bom, no trecho a jusante do reservatório de Miranda (PB019), e nível Médio a montante do reservatório de Nova Ponte (PB017) e a montante do reservatório de Itumbiara (PB021). Nessas duas estações de amostragem, os valores dos parâmetros de coliformes fecais, fosfato total e turbidez foram os principais responsáveis pela condição Média. (IGAM/FEAM, 2003, p.101). O rio Araguari, a montante do reservatório de Nova Ponte (PB017) apresentou piora no IQA nos períodos de maior vazão.

A contagem de coliformes fecais ultrapassou os limites permitidos para a Classe 2, nas estações a montante do reservatório, de Nova Ponte (PB017) e a montante do reservatório de Itumbiara (PB021).

Segundo o Projeto Águas de Minas, também nesta região, o fosfato total ultrapassou os limites legais, uma vez que estes níveis aumentam devido a presença de reservatórios favorecendo o processo de eutrofização. (IGAM 2003, p 101.).



A contaminação por tóxicos a jusante do reservatório de Miranda e a montante de Itumbiara registrou-se um nível Baixo de contaminação no Rio Araguaí, já a montante do reservatório de Nova Ponte a contaminação por tóxico apresentou –se no nível Médio. De acordo com dados coletados em estudos anteriores, houve uma melhora nos resultados de contaminação por tóxicos. O cobre encontrado na região pode estar associado à utilização de agroquímicos nas lavouras. Os quadros a seguir demonstram as estações, classes, fatores de pressão e indicadores de degradação nos cursos d'água.

Curso d'água: Rio Araguaí UPGRH: PN2				
ESTAÇÃO	CLASSE	PRESSÃO	ESTADO	
		FATORES DE PRESSÃO	INDICADORES DE DEGRADAÇÃO EM 2003	INDICADORES COM MAIOR N° DE VIOLAÇÕES NO PERÍODO DE 1997 A 2003
PB017	2	Lançamento de esgoto sanitário Lançamento de efluente industrial Atividade Minerária Agricultura / Agrotóxicos Carga difusa	Turbidez, fosfato total, coliformes fecais, cobre e manganês Positivo para Ecotoxicidade**	Fosfato total, índice de fenóis, turbidez, coliformes fecais e óleos e graxas
PB019	2	Atividade Minerária	Manganês	Índice de fenóis, óleos e graxas, manganês, cádmio e cobre
PB021	2	Lançamento de esgoto sanitário Agricultura	Fosfato total, coliformes fecais e coliformes totais	Óleos e graxas, fosfato total, índice de fenóis, coliformes totais, coliformes fecais, manganês e cobre

**Em 100% das análises em 2003

Curso d'água: Rio Quebra Anzol UPGRH: PN1				
ESTAÇÃO	CLASSE	PRESSÃO	ESTADO	
		FATORES DE PRESSÃO	INDICADORES DE DEGRADAÇÃO EM 2003	INDICADORES COM MAIOR N° DE VIOLAÇÕES NO PERÍODO DE 1997 A 2003
PB011	2	Lançamento de esgoto sanitário Lançamento de efluente industrial Atividade Minerária Agricultura / Agrotóxicos Carga difusa	Turbidez, fosfato total, índice de fenóis, óleos e graxas, coliformes fecais, coliformes totais e manganês Positivo para Ecotoxicidade**	Fosfato total, coliformes fecais, óleos e graxas, turbidez e coliformes totais

**Em 100% das análises em 2003

Curso d'água: Rio Capivara UPGRH: PN2				
ESTAÇÃO	CLASSE	PRESSÃO	ESTADO	
		FATORES DE PRESSÃO	INDICADORES DE DEGRADAÇÃO EM 2003	INDICADORES COM MAIOR N° DE VIOLAÇÕES NO PERÍODO DE 1997 A 2003
PB013	2	Lançamento de esgoto sanitário Lançamento de efluente industrial Atividade Minerária Agricultura	Turbidez, fosfato total, coliformes fecais, coliformes totais, cobre , manganês e zinco	Fosfato total, coliformes fecais, óleos e graxas, coliformes totais, índice de fenóis e turbidez



Curso d'água: Rio Araguari
UPGRH: PN2

ESTAÇÃO	CLASSE	PRESSÃO	ESTADO	
		FATORES DE PRESSÃO	INDICADORES DE DEGRADAÇÃO EM 2003	INDICADORES COM MAIOR Nº DE VIOLAÇÕES NO PERÍODO DE 1997 A 2003
PB017	2	Lançamento de esgoto sanitário Lançamento de efluente industrial Atividade Minerária Agricultura / Agrotóxicos Carga difusa	Turbidez, fosfato total, coliformes fecais, cobre e manganês Positivo para Eotoxicidade**	Fosfato total, índice de fenóis, turbidez, coliformes fecais e óleos e graxas
PB019	2	Atividade Minerária	Manganês	Índice de fenóis, óleos e graxas, manganês, cádmio e cobre
PB021	2	Lançamento de esgoto sanitário Agricultura	Fosfato total, coliformes fecais e coliformes totais	Óleos e graxas, fosfato total, índice de fenóis, coliformes totais, coliformes fecais, manganês e cobre

**Em 100% das análises em 2003

Curso d'água: Rio Uberabinha
UPGRH: PN2

ESTAÇÃO	CLASSE	PRESSÃO	ESTADO	
		FATORES DE PRESSÃO	INDICADORES DE DEGRADAÇÃO	INDICADORES COM MAIOR Nº DE VIOLAÇÕES NO PERÍODO DE 1997 A 2003
PB022	2	Lançamento de esgoto sanitário Agricultura	Fosfato total, óleos e graxas, coliformes fecais e coliformes totais	Óleos e graxas, índice de fenóis, coliformes fecais, coliformes totais e cobre
PB023	2	Lançamento de esgoto sanitário Lançamento de efluente industrial	Fosfato total, DBO, óleos e graxas, coliformes fecais, coliformes totais e ferro solúvel	Fosfato total, coliformes totais, coliformes fecais, óleos e graxas, índice de fenóis e DBO

Fonte: IGAM – Qualidade das Águas No Estado de Minas Gerais, 2003

Observa-se também a ocorrência de coliformes fecais e totais e índice de fenóis, relacionados principalmente ao esgoto sanitário, e graxa e óleos provenientes de atividades minerárias e diversas fontes difusas.

Conforme observado nos quadros acima, o resultado das amostras coletadas nas 08 estações da bacia do rio Araguari indicam que o fator de pressão mais comum que contribui para a degradação e alteração da qualidade das águas da bacia é o lançamento de esgoto sanitário.

Entre os indicadores de degradação, o que aparece com maior frequência é o fosfato total, devido aos lançamentos de esgoto sanitário, ocorrência de jazidas fosfáticas na região e sua mineração, e o manejo inadequado do uso dos solos para melhores resultados na agricultura. Isso faz com que, quando represadas, as águas sofram o processo de eutrofização.

Diante desses fatos, faz-se necessária a implantação e/ou otimização de sistemas de tratamentos de esgoto sanitário, tratamento de efluentes industriais, uso correto do solo e dos produtos agrícolas e acima de tudo conscientização, para que ações conjuntas sejam realizadas para melhorar a qualidade das águas.



3. ANTECEDENTES

3.1. O CBH-Araguari

O processo formal de criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari – CBH-Araguari iniciou-se nos idos de 1996 na cidade de Araguari por iniciativa da Associação dos Cafeicultores locais. Observa-se que a mobilização em prol da criação do Comitê acontecia antes mesmo da promulgação da Lei Federal 9.433 de janeiro de 1997. Na verdade, após o advento do Seminário Legislativo “Águas de Minas” que culminou com a promulgação da Lei Estadual 11.504 em 1994 e a criação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos em 29 de agosto de 1995 iniciou-se, espontaneamente, em Minas Gerais diversos movimentos no sentido de criação de Comitês de Bacias em rios de domínio do Estado. Até aquele momento apenas existiam o velho e ultrapassado Comitê Especial de Estudos Integrados de Bacias Hidrográficas - CEEIBH que apenas dispunham de poder consultivo. Após longo período de mobilização, amplas discussões e um processo de maturação, o decreto de criação do CBH-Araguari foi finalmente publicado no Diário Oficial “Minas Gerais” em 23 de setembro de 1998. Alguns dias após, em 30 de setembro de 1998 realizou-se a reunião solene de instalação do CBH-Araguari. O Comitê é formado por 36 membros sendo nove representantes do poder público estadual, nove municípios, nove usuários da água e nove da sociedade civil com atuação na área de recursos hídricos.

3.2. A Associação Executiva do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari – ABHA

Movido pela necessidade de dar mais efetividade a suas ações, o CBH-Araguari veio, ao longo de suas reuniões plenárias, travando um processo de estudos e investigação das reais possibilidades de criação de sua Agência de Bacia e implantação da cobrança pelo uso das águas.

Afortunadamente, o COPAM determina como medida compensatória do licenciamento ambiental prévio do empreendimento UHE Capim Branco I e II que o Consórcio Capim Branco Energia – CCBE forneça recursos para um programa de Gerenciamento de Recursos Hídricos na Bacia do Rio Araguari. O COPAM determinou ainda que tais recursos sejam repassados ao CBH-Araguari. Talvez essa tenha sido a motivação que faltava para que o CBH-Araguari criasse a sua unidade executiva. A primeira proposta colocada em discussão foi uma Fundação Pública projeto esse que acabou derivando para a criação de uma sociedade civil. Essa derivação teve como principal motivação o Governo do Estado de Minas Gerais, através da Procuradoria Jurídica do IGAM quando em palestra proferida na 16ª Reunião Ordinária do CBH-Araguari, em 9 de julho de 2002, menciona o que foi registrado em ata:

"Dr Marley iniciou por informar que, como já se sabe, enquanto não acontecer a regulamentação da Lei Federal de Recursos Hídricos sobre o assunto, a Agência de Bacia, tal como prevista na lei, não poderá ser criada. Esclareceu que no Estado de Minas Gerais, já se estabeleceu o consenso de que o melhor caminho para abreviar a questão (enquanto não vem a regulamentação federal), será adotar o modelo da criação de uma entidade a ser equiparada à Agência de Bacia.....sugere o IGAM, que a entidade deve ter as seguintes características básicas:

- *Ser uma associação civil sem fins lucrativos;*
- *Ser constituída com a finalidade básica de exercer o papel de Agência de Bacia;*
- *Ter sua área de atuação em toda a bacia hidrográfica do rio Araguari;*
- *Ter, como princípio fundamental, uma estrutura técnica e administrativa reduzida, funcionalmente simples e flexível, com prioridade para o*



- planejamento e a implementação descentralizada dos serviços;*
- *Ter como pré requisito que seus associados sejam membros do CBH-Araguari.”*

Fruto de todo esse processo de discussão foi aprovado pelo CBH-Araguari em sua 18o reunião ordinária, ocorrida em 12 de dezembro de 2002, o estatuto da Associação Executiva do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari – ABHA e em seguida formalizou-se a constituição da associação.

O Comitê, em 23 de outubro de 2003 sob a assessoria jurídica do IGAM, aprovou as adequações do estatuto da ABHA às exigências do novo Código Civil Brasileiro.

Finalmente, já estando a Associação em funcionamento regular, pôde-se assinar em 23 de setembro de 2004, o Contrato 042/2004, que institui a Cooperação Técnica entre o Consórcio Capim Branco e a ABHA. É digno de nota que a Cláusula Terceira do referido contrato reza que deverão ser repassados “R\$187.000,00 (cento e oitenta e sete mil reais) na assinatura deste termo, com objetivo de contribuir com a estruturação do CBH-Araguari e na implantação da entidade contratada, equiparável à Agência da Bacia do Rio Araguari, dotando-a de infra-estrutura física, equipamentos, apoio técnico e custeio.”(grifo nosso).

Dando continuidade ao processo, o presente trabalho objetiva apresentar ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais, proposta de equiparação da Associação Executiva do Comitê da Bacia do Rio Araguari – ABHA à Agência de Bacia, nos termos da legislação em vigor.



4. SISTEMAS DE RECURSOS HÍDRICOS E INSTRUMENTOS DE GESTÃO

4.1. A Política Nacional dos Recursos Hídricos – Lei 9.433/97

As águas sempre estiveram presentes e reguladas pelo ordenamento jurídico brasileiro, mas só a partir de 1984, por sugestão dos Estados, foi proposto o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos o SINGREH, determinado posteriormente na Constituição Federal.

Finalmente em 08/01/97, após intensos estudos e contando com a cooperação técnica de uma equipe da França (Projeto Rio Doce), o Brasil consegue ter sua Lei das Águas, Lei 9.433, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos com o objetivo de assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos.

Isto é, percebeu-se que a necessidade de proteção das águas, seja contra poluição, seja contra o uso inadequado, demandava normas legais de planejamento, regulação e controle, cujos padrões passam a ser definidos por meio de uma Política Nacional de Recursos Hídricos e implementados pelo Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Os fundamentos da Lei 9.433, acatados pela Lei Estadual de Minas Gerais 13.199 de 29/01/1999 valorizam a água enquanto bem de domínio público, limitado e dotado de valor econômico. É um bem que possui usos múltiplos e que, em casos de escassez, deve ser utilizada prioritariamente para o consumo humano e a dessedentação de animais.

Destaca-se que o fato da água ser um bem de domínio público, não quer dizer que pertença à União ou aos Estados, sendo importante entender que essa dimensão de “domínio público” não deve levar o Poder Público a conduzir-se como proprietário do bem, mas sim como gestor que deve prestar contas de forma contínua, transparente e motivada.

Outro fundamento importante foi a adoção da bacia hidrográfica como unidade de planejamento. Isso faz com que o gerenciamento de bacias hidrográficas seja um processo de negociação social que diz respeito à articulação dos diversos setores da sociedade no processo decisório relativo a intervenções na bacia hidrográfica. A participação dos residentes e usuários da bacia deverá se dar de forma direta, através da criação de comitês e/ou consórcios e de agências de bacias. Além disso, os recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água deverão ser aplicados de preferência na bacia em que a mesma foi utilizada.

Foram também previstos pela Lei instrumentos tais como os Planos de Recursos Hídricos, Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos, enquadramento dos corpos d'água em classes seguindo os usos preponderantes, outorga do direito de uso e cobrança pelo uso da água, sendo estes últimos fundamentais.

A outorga visa assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água e pode ser efetivada por ato da autoridade competente do Poder Executivo Federal, dos Estados ou do Distrito Federal.

A cobrança pelo uso da água visa não só incentivar sua racionalização, como obter recursos financeiros para o financiamento dos programas e intervenções contemplados nos planos de recursos hídricos. São cobrados os usos de recursos hídricos sujeitos a outorga.

O Sistema Nacional de Recursos Hídricos, que tem por objetivo coordenar a gestão integrada das águas, é formado por:

I. O Conselho Nacional de Recursos Hídricos;



- II. Agência Nacional de Águas - ANA
- III. Os Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal;
- IV. Os Comitês de Bacia Hidrográfica;
- V. Os órgãos dos poderes públicos federal, estaduais e municipais cujas competências se relacionem com a gestão de recursos hídricos;
- VI. As Agências de Água.

Atualmente existem no Brasil cerca de 100 comitês de bacia, localizados principalmente nas regiões sul e sudeste e, mais recentemente foi implantado o comitê do rio São Francisco o que deverá induzir aos poucos a criação de comitês nas inúmeras sub-bacias de sua imensa rede hidrográfica que abrange os estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas.

4.2. A Política Estadual de Recursos Hídricos – Lei 13.199/99

A gestão dos recursos hídricos no Estado de Minas Gerais, está alicerçada na Lei 13.199 de 29 de janeiro de 1999 que instituiu a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SEGRH. Esse Sistema foi planejado considerando-se algumas premissas, podendo-se destacar dentre elas:

- Auto - sustentabilidade institucional, ou seja, os órgãos do SEGRH devem ser por si só suficientes para implementar e operacionalizar os instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos;
- Auto – sustentabilidade financeira, ou seja, os recursos arrecadados com a cobrança sejam suficientes para a implementação do plano diretor de recursos hídricos e demais despesas operacionais do SEGRH;

A auto – sustentabilidade institucional pressupõe um SGRH funcionando da seguinte maneira:

Instâncias colegiadas com poder deliberativo

- O Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH que é uma instância normativa e de resolução de conflitos para as águas de domínio do Estado de Minas Gerais;
- O Comitê de Bacia Hidrográfica como instância regional com poder deliberativo sobre as águas de sua jurisdição;

Agentes executivos diretos

- O órgão gestor de recursos hídricos do Estado de Minas Gerais, o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM que é uma instituição governamental com responsabilidade pela direção e condução da implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos;
- A Agência de Bacia que é o braço executivo do Comitê e responsável pela operacionalidade dos serviços e pela aplicação instrumentos de gestão;

Agentes executivos indiretos

- Os demais órgãos governamentais que compõem o SEGRH que são fundamentais para a integração da gestão dos recursos hídricos (FEAM, IEF, CETEC, ...);

Os instrumentos de gestão

- Os Planos de Recursos Hídricos chamados de Planos Diretores de Recursos Hídricos, que são elaborados por bacia (ou conjunto de bacias) hidrográfica, e que se consolidam no Plano Estadual. O conceito de Plano de Recursos Hídricos como instrumento de gestão revela que o mesmo não se constitui apenas em um produto final consolidado, mas em uma ferramenta de trabalho das Agências, dos Comitês de Bacias e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. O Plano deve ser dinâmico permitindo inserir as mudanças e ajustes de acordo com a evolução do setor de recursos hídricos em nível de bacias e do Estado de Minas Gerais;



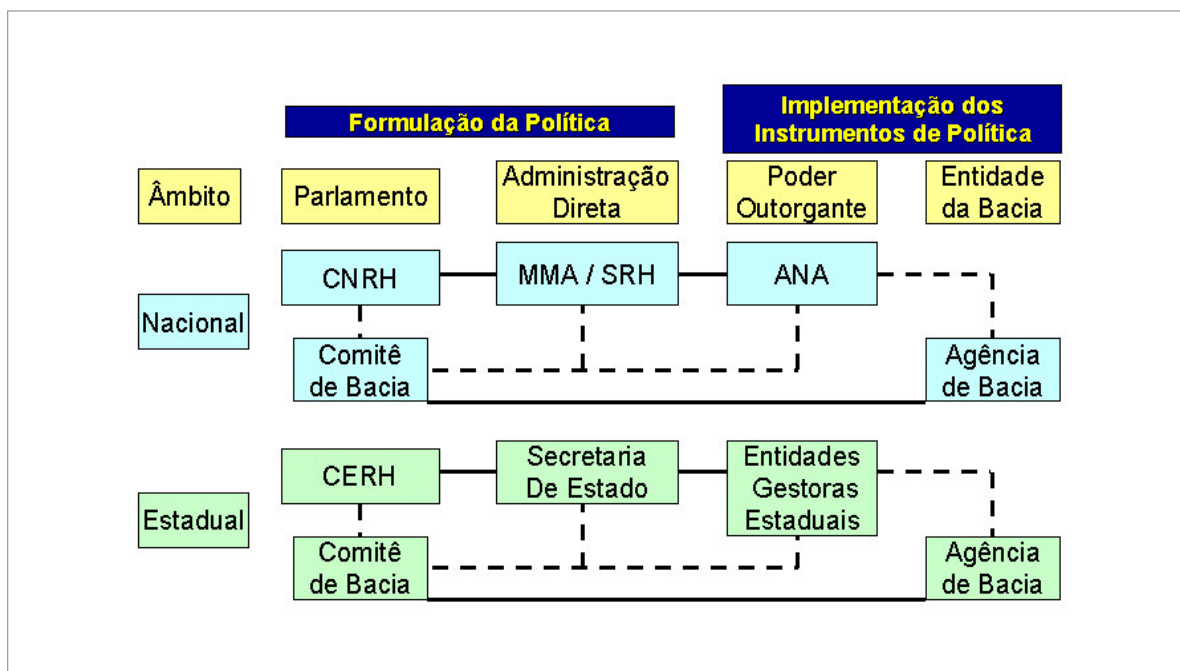
- A Outorga de Direito de Uso dos Recursos Hídricos é a autorização, ou concessão, ou permissão, para que o usuário possa captar, usar a água e lançar as águas servidas nos cursos d'água. Através deste instrumento o SEGRH poderá fazer o controle para o uso racional dos recursos hídricos, garantir a disponibilidade aos usuários outorgados;
- A Cobrança pelo Uso da Água, é o instrumento financeiro do SEGRH. Através da cobrança será possível que os Planos de Recursos Hídricos possam ser financiados assim como as Agências de Bacia sejam operacionais. Além disso, a cobrança é essencial para evitar desperdícios "dando ao usuário uma indicação de seu real valor";
- O Enquadramento dos Corpos de Água em classes de uso é importante para se definir os usos preponderantes e estabelecer objetivos de qualidade para os corpos d'água. Trata-se de um instrumento tanto da gestão de recursos hídricos como de meio ambiente na medida em que estabelece padrões para o licenciamento ambiental e para o monitoramento dos impactos do lançamento de efluentes nos corpos de água;
- O Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos, "é um sistema de coleta, tratamento, armazenamento e recuperação de informações sobre os recursos hídricos e fatores intervenientes em sua gestão". Este sistema permitirá que as informações necessárias para a gestão da bacia estejam disponíveis para os usuários, e integrem as redes de Informação Estadual e Nacional.
- O Rateio de Custos das Obras de Uso Múltiplo e Interesse Comum ou Coletivo, como justo instrumento para ratear as despesas com a implementação de obras;
- A Compensação a Municípios pela Exploração e pela Restrição de Uso de Recursos Hídricos, outro justo instrumento a ser aplicado em casos de restrições de uso do solo municipal por inundação ou outorga concedida.

Em resumo, na teoria, o SEGRH previsto na legislação deve funcionar da seguinte maneira:

Tem-se (1º) o Conselho Estadual de Recursos Hídricos para determinar as regras e normas gerais; (2º) o órgão gestor para nortear a aplicação de alguns instrumentos e animar a condução do processo; (3º) o Comitê de Bacia para aplicar os instrumentos de gestão e deliberar sobre questões regionais; (4º) as Agências de Bacia para desenvolver os instrumentos e implementá-los após a aprovação do Comitê; (5º) os instrumentos de planejamento e controle – plano, outorga e enquadramento - como ferramentas para garantir os resultados da gestão e (6º) a Cobrança como instrumento financeiro para financiar a operacionalização do sistema e a aplicação dos instrumentos de gestão.

Dessa maneira observa-se que o SEGRH foi concebido pensando-se em todas as necessidades para o seu funcionamento harmônico e, os seus resultados dependem, antes de tudo, que todas as peças estejam implementadas e em pleno funcionamento.

A relação entre o SEGRH e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos pode ser ilustrada pelo diagrama a seguir:



Fonte: SRH/MMA

Observe-se que existe uma estreita relação entre todos os organismos responsáveis pela gestão de recursos hídricos e não poderia ser diferente, pois embora a Constituição Brasileira determine a dominialidade das águas, a bacia hidrográfica é um território físico único e indivisível.



5. ASPECTOS JURIDICOS DE UMA AGÊNCIA DE BACIA

A Lei Estadual 13.199/99 veio configurar o novo Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, estabelecendo quais são as entidades deste Sistema: Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH-MG, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Instituto Mineiro de Gestão das Águas, Comitês de Bacia Hidrográfica, órgãos e entidades dos Poderes Estadual e Municipal cujas competências estejam relacionadas com recursos hídricos, agências de bacias hidrográficas e entidades a ela equiparadas.

Todas estas entidades integrantes do SEGRH-MG possuem suas atribuições específicas e devem operacionalizar suas funções de forma integrada, buscando sempre alcançar o desenvolvimento de modo sustentável, no que se refere à gestão de recursos hídricos e preservação ambiental.

A tarefa de gerenciamento de recursos hídricos, portanto, não deve ser realizada somente pelo Poder Público. Na busca de melhores e mais eficientes resultados é que foram elaboradas as normas pertinentes, tanto em âmbito federal como estadual.

O gerenciamento dos recursos hídricos deve, portanto, ser realizado de forma descentralizada, devendo o Poder Público, em âmbito federal ou estadual, transferir a determinada entidade, pública ou privada, as atribuições referentes à gestão destes recursos.

Daí surge à figura das agências, que devem realizar as atribuições referentes à execução das políticas traçadas pelo respectivo Comitê. Com a transferência do gerenciamento para tais entidades, cria-se um verdadeiro sistema interligado entre Comitê-Agência, em que o Comitê realiza as discussões pertinentes e a Agência as executa.

Dentro deste contexto, portanto, as agências de bacias (ou as entidades a elas equiparadas, como veremos adiante) surgem com relevante importância, na medida em que tais entidades serão responsáveis pela operacionalização técnica de todas as deliberações e objetivos traçados pelas demais entidades integrantes do Sistema, em especial os Comitês de Bacias previamente estabelecidos.

5.1. Das Agências de Bacias

As agências de bacias, na forma estabelecida na Lei Estadual nº 13.199/99, serão entidades públicas, criadas pelo Poder Executivo Estadual, mediante solicitação de um ou mais comitês de bacias hidrográficas, e sua criação será autorizada pelo CERH-MG, com finalidade de exercer todas as competências elencadas no artigo 45 deste diploma legal. São, portanto, entidades públicas, integrantes da Administração Indireta, que poderão se constituir sob as diversas formas societárias permitidas no Direito Brasileiro.

Excluem-se, em razão de sua própria finalidade, as sociedades comerciais ou civis constituídas com fins lucrativos, uma vez que estas buscam, em última análise, o lucro. E, claramente, a busca do lucro não é compatível com a finalidade de uma Agência de Bacia.

Cumprе ressaltar que as atividades inerentes à Agência de Bacia, apesar de serem constituídas de caráter e interesse público, não se confundem com a prestação de serviço público, como previsto no artigo 175 da Constituição Federal e nas leis federais nº 8987/95 e 9037/95. Por tal razão, não podem ser utilizados, no caso em tela, os institutos administrativos dos contratos de concessão e permissão. Aqui, ressalte-se, a atividade não poderá, em hipótese alguma, ser exercida por entidade pública ou privada que tenha o lucro como finalidade.

A Agência de Bacia deverá, obviamente, ser economicamente viável, e isto implica em receita. Para tal,



conforme disposto na lei federal e na lei estadual, a agência poderá instituir cobrança para o uso de recursos hídricos, e será responsável pela gestão e aplicação destes recursos.

Estas agências, todavia, não são fáceis de serem implantadas, pela burocratização e demora em sua instituição, sendo necessária, por se tratar de entidades públicas, lei específica para sua criação.

Outra dificuldade consiste na sua viabilização financeira. Ora, como a Agência é entidade pública, até que seja viabilizada a cobrança pelo uso de recursos hídricos e conseqüentemente se viabilize a manutenção econômica desta entidade, há necessidade de alocação de recursos públicos.

Todas estas razões tornam difícil a instituição de Agências de Bacias. E, exatamente em razão desta dificuldade, e ciente da urgência na implantação das políticas para gerenciamento dos recursos hídricos, é que a lei prevê a possibilidade de se conceder o título de entidade equiparada a Agência de Bacia a instituições já existentes que preencham os requisitos legais, como veremos a seguir.

5.2. Das Entidades Equiparadas à Agência de Bacia

Em paralelo a tais entidades públicas, portanto, a Lei 13.199/99 permitiu a equiparação de entidades executivas a agências de bacias, e estas teriam as mesmas competências daquelas. São, portanto, entidades de direito privado, mas equiparadas, se preenchidos os requisitos legais e por ato da entidade competente, à agência de bacia, para realizar as competências e atribuições legais.

As entidades executivas equiparadas à agência de bacia estão disciplinadas nos artigos 47 e seguintes da Lei 13.199/99, que estabelece:

Art. 47: O CERH-MG poderá atestar a organização e o funcionamento de associações regionais e multissetoriais civis de direito privado e reconhecê-las como unidades executivas descentralizadas, equiparadas às agências de bacias hidrográficas de que trata esta Lei, mediante solicitação do comitê de bacia hidrográfica.

Estas entidades, portanto, são entidades de direito privado, ao contrário das agências, que são criadas pelo Poder Público, na forma de entidades integrantes da Administração Indireta.

O objetivo da previsão legal desta possibilidade de equiparação é exatamente o de suprir a lacuna existente na operacionalização e execução das deliberações tomadas pelas entidades integrantes do SEGRH-MG, em especial o Conselho Estadual e o respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica.

Considerando-se a urgência em regulamentar a utilização e exploração dos recursos hídricos de forma sustentável, para que as idéias não fiquem sem realização prática, a lei prevê esta possibilidade de equiparação de associações executivas a agência de bacia, até que seja criada a entidade pública.

É claro que, por se tratar de gestão de recursos hídricos, estas entidades, uma vez equiparadas à agência de bacia, estarão intimamente ligadas e serão partes integrantes do SEGRH-MG, o que resultará em uma necessária prestação de contas e fiscalização freqüente por parte dos órgãos e institutos responsáveis, em especial o Comitê de Bacia Hidrográfica correspondente.

Tanto é assim, que a própria lei exige, como já citado acima, que tais entidades somente poderão ser criadas mediante solicitação do Comitê.

Estas entidades equiparadas à agência de bacia atuarão como unidades executivas descentralizadas de apoio aos respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica e responderão por seu suporte administrativo, técnico e



financeiro, e pela cobrança, dentre outros, do uso dos recursos hídricos, dentro de sua área de atuação.

Verifica-se, assim, sua singular importância: as decisões políticas partirão dos Comitês de Bacia, mas são estas entidades que possibilitarão efetivamente que se realizem, através de apoio técnico, administrativo e financeiro. São estas entidades, portanto, que viabilizarão a aplicação das decisões tomadas pelos Comitês.

A criação destas entidades equiparadas a agência de bacia dependem, assim, de dois fatores primordiais: primeiramente, a solicitação do Comitê de Bacia, que já deve estar em funcionamento, e à comprovação da viabilidade financeira, pois esta entidade deverá dar suporte técnico, financeiro e operacional às deliberações do Comitê, como já ressaltado.

5.3. Da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos

As políticas nacional e estadual de gerenciamento de recursos hídricos assumem fundamental importância, especialmente para garantir a adequada oferta de recursos hídricos, tanto em quantidade como em qualidade, em consonância com os princípios do desenvolvimento sustentável. Neste contexto, a implementação de cobrança pelo uso de recursos hídricos constitui, dentre outros, fator essencial para uma conscientização e uso racional de tais recursos, possibilitando este desenvolvimento sustentável.

Para que seja implementada esta cobrança, todavia, há requisitos legais que devem ser estritamente seguidos, para que não haja possibilidade de irregularidades. Tanto assim é que o Decreto Estadual nº 44.046/05 estabelece as normas regulamentares para a implantação destes mecanismos de cobrança. Falaremos um pouco sobre tais normas.

Inicialmente, o Decreto acima citado expõe, em seu artigo 1º, a grande importância da cobrança pelo uso de recursos hídricos, ressaltando que esta cobrança é fundamental para a implantação do SEGRH-MG. Assim dispõe o referido artigo:

"Art. 1º - A cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio do Estado é instrumento de gestão fundamental para a implantação do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SEGRH- MG e deve alcançar os usuários da água sujeitos à outorga de maneira proporcional e justa"

Ora, sem a implantação desta cobrança torna-se realmente inviável a prática de qualquer diretriz estabelecida pelo Sistema.

E, para que seja possível a implantação da referida cobrança, o Decreto Estadual exige e condiciona que esta deva ser gerenciada por agência de bacia ou entidade a ela equiparada. Portanto, sem a instituição de uma destas entidades, não se poderá realizar a cobrança pelo uso de recursos hídricos. Vejamos o artigo 5º do citado Decreto, em sua disposição literal:

Art.5º A cobrança pelo uso de recursos hídricos será vinculada à implementação de programas, projetos, serviços e obras, de interesse público, da iniciativa pública ou privada, definidos nos Planos Diretores de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas, aprovados previamente pelos respectivos comitês de bacia hidrográfica e pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH-MG e estará condicionada ao disposto no art. 53 da Lei nº 13.199, de 1999 e ainda:

I. à definição dos usos insignificantes pelo respectivo comitê de bacia hidrográfica;

II. à instituição de agência de bacia hidrográfica ou entidade a ela



equiparada, na mesma área de atuação de um ou mais comitês de bacia hidrográfica (...) (grifo nosso)

Como se verifica, é a agência de bacia ou entidade a ela equiparada que será responsável pela implementação da cobrança pelo uso de recursos hídricos, e deverá implementar programas, projetos, serviços e obras de interesses públicos, definidos pelos institutos responsáveis inseridos no SEGRH-MG.

Além disso, são estas entidades que deverão elaborar estudos financeiros, jurídicos e técnicos para fundamentar a análise da proposta de cobrança pelo uso de recursos hídricos, conforme estabelecido no artigo 5º, parágrafo 3º, do Decreto Estadual 44.046/05, garantindo ainda sua correta aplicação.

Por fim, cabe ressaltar a competência de agências de bacias ou entidades a ela equiparadas para, mediante autorização dos respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica, celebrar convênios, termos de ajuste ou outro instrumento com entidades públicas ou privadas usuárias de águas, para a cessão de equipamentos, recursos materiais e humanos para a viabilização de projetos (art. 8º do citado Decreto).

Pode-se verificar, por todas as razões expostas acima, a imediata necessidade da implantação destas entidades executivas, seja uma entidade pública, a agência de bacia, ou, na sua falta, na equiparação de entidades privadas a agências de bacia.

5.4. Dos Instrumentos para Gestão Administrativa

Na qualidade de entidade equiparada a agência de bacia, uma associação terá ao seu alcance importantes instrumentos para a consecução de seus objetivos e metas. Dentre estes instrumentos destacam-se primordialmente a possibilidade de celebração de convênios com entidades públicas ou privadas e celebração de contrato de gestão, como já explicitado nos diplomas legais pertinentes. Estes dois instrumentos, em razão de sua importância prática, merecem ser analisados mais especificamente.

Primeiramente cabe destacar a possibilidade de celebração de convênios com entidades públicas e privadas. A agência de bacia ou entidade a ela equiparada deve manter um sistema de articulação com os órgãos federais e estaduais incumbidos, direta ou indiretamente, da regulação e do controle da quantidade e qualidade dos recursos hídricos.

Os convênios, na lição de Hely Lopes Meirelles, "são acordos firmados por entidades públicas de qualquer espécie, ou entre estas e organizações particulares, para a realização de objetivos de interesse comum dos partícipes" (In: Direito Municipal Brasileiro, 6ª edição, Editora Malheiros, São Paulo, 1993. pág. 307).

Convertem-se, portanto, em um acordo de vontades, em que os partícipes desejam realizar conjuntamente uma ou mais operações comuns. Seus interesses, portanto, não são contrapostos, mas sim dirigidos a alcançar um mesmo objetivo.

Outro instrumento de importância relevante é a possibilidade de celebração de contratos de gestão. Os contratos de gestão são, na definição de Maria Sylvia Zanella Di Pietro, "acordos celebrados com entidades da Administração Indireta, mas também com entidades privadas que atuam paralelamente ao Estado e que poderiam ser enquadradas, por suas características, como entidades paraestatais" (In: Parcerias na Administração Pública, 2ª edição, Editora Atlas, São Paulo, 1996, pág. 137).

Estes dois instrumentos revestem-se de fundamental importância para que a agência de bacia ou entidade a ela equiparada possa cumprir suas finalidades, pois são eles, dentre outros, que irão possibilitar a execução técnica das decisões tomadas pelo Comitê.

Por tais razões, a Lei 13.199/99, prevê, dentre as competências das entidades a ela equiparadas, a



competência de “celebrar convênios e contratar financiamentos e serviços para a execução de suas atribuições, mediante aprovação do comitê de bacia hidrográfica” (art. 45, VIII).

Prevê ainda, em seu artigo 47, §2º, que “as agências de bacias hidrográficas ou entidades a ela equiparadas celebrarão contrato de gestão com o Estado”.

Os contratos de gestão, em razão da geração de recursos financeiros, dentre outros, possibilitarão efetivamente o cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo Comitê de Bacia, que deve aprovar sua celebração, com objetivo de descentralizar, fiscalizar e controlar as atividades relacionadas com a gestão de recursos hídricos, como disposto nos artigos 21 e seguintes do Decreto Estadual 41.578/01, que regulamenta a Lei 13.199/99.

É claro que, em virtude do interesse público presente em tais acordos, o Poder Público deverá, na celebração destes institutos, instituir regras claras na aplicação de recursos, para que não haja dúvidas em relação a sua destinação. Deverá ainda, deixar claras as responsabilidades decorrentes da celebração destes convênios e contratos, para ambas as partes. Há, portanto, uma supervisão direta por parte do Poder Público.

Observe-se que, embora a entidade equiparada a agência possa ser uma entidade de direito privado, são diversos os mecanismos de controle e supervisão pública a que ela estará submetida. Dessa maneira, pode-se citar além do contrato de gestão à subordinação ao Comitê da Bacia.



6. ASPECTOS TÉCNICOS DE UMA AGÊNCIA DE BACIA

6.1. As Funções Básicas da Agência de Bacia

A Agência de Bacia tem a importante atribuição de ser o órgão ou o braço executivo do Comitê. É ela quem executa as deliberações do Comitê como também desenvolve os estudos técnicos e jurídicos para formalizar os processos que serão deliberados. Dessa forma, um Comitê sem Agência de Bacia perde toda a sua efetividade na medida em que suas deliberações, na maioria das vezes, acabam não sendo efetivas por falta de quem as execute, fiscalize e acompanhe.

Dentre as principais funções da Agência de Bacia pode-se citar:

1. Função administrativa:

- Secretariar o Comitê de Bacia, viabilizando as suas reuniões, minimizando conflitos e providenciando a execução de suas decisões.

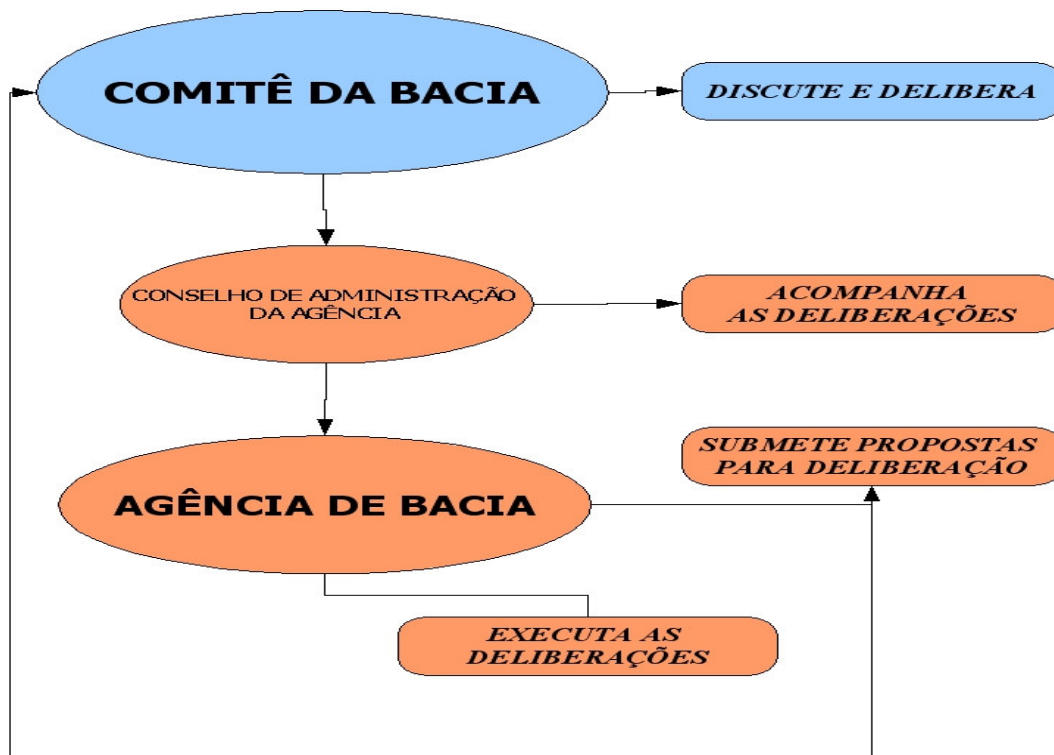
2. Função técnica:

- Desenvolver os estudos técnicos e formalizar os processos necessários à operacionalização dos instrumentos de gestão no âmbito das competências do Comitê da Bacia.

3. Função financeira:

- Auxiliar, em regime de co-gestão, a entidade financeira encarregada de administrar os recursos financeiros originados pela cobrança pelo uso dos recursos hídricos e no seu repasse aos usuários de acordo com o plano aprovado pelo Comitê da Bacia.

Todas essas funções são eminentemente executivas, ou seja, as atividades da Agência devem girar em torno das decisões do Comitê e da aplicação dos instrumentos de gestão da Política de Recursos Hídricos. A Agência de Bacia deve ser eficiente o suficiente para atingir os resultados planejados pelo Plano Diretor da Bacia e Plano de Aplicação dos Recursos Arrecadados. O fluxograma a seguir ilustra as principais funções da Agência de Bacia.



Entretanto, por questões operacionais e financeiras, o Comitê se reúne apenas algumas vezes por ano (normalmente a cada três ou quatro meses). A experiência internacional (sistema francês) acabou desenhando um modelo institucional com a figura do Conselho de Administração como elo de ligação entre o colegiado deliberativo e seu órgão executivo. Na verdade, é o Conselho de Administração que acompanha, junto à Agência de Bacia, a aplicação efetiva das deliberações do Comitê. O Comitê determina as ações e prioridades a serem executadas pela Agência e o Conselho de Administração acompanha e fiscaliza o dia a dia da agência.

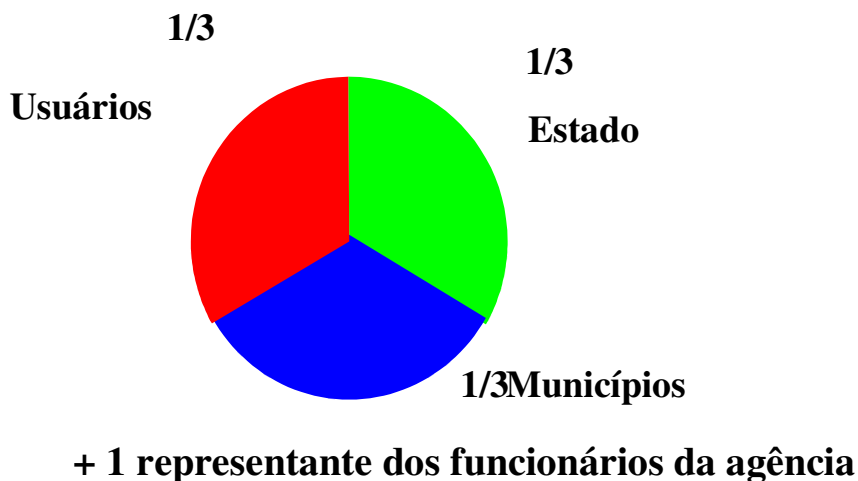
Uma deliberação do Comitê é uma meta a ser perseguida pela Agência de Bacia que é acompanhada e fiscalizada pelo Conselho de Administração. Trata-se, portanto, de uma função extremamente importante dentro do sistema Comitê – Agência.

No sistema francês, de onde veio a inspiração para a criação do sistema brasileiro, os membros do Conselho de Administração são escolhidos dentre os membros do Comitê de Bacia, na mesma proporcionalidade ou representatividade. Após 1986, inseriu-se ainda no Conselho de Administração um representante dos funcionários da Agência. Ver ilustração a seguir:



CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO DAS AGÊNCIAS FRANCESAS

25 MEMBROS A PARTIR DE 1986



Fonte: Rosa Maria Formiga.

Considerando as principais funções da Agência de Bacia e que muitas vezes pairam dúvidas sobre o alcance de suas atribuições, entende-se oportuno mencionar as funções que elas não devem exercer:

- Realizar obras e intervenções de natureza física na bacia;
- Desenvolver atividades sem respaldo técnico ou com conotações políticas;
- Ser meio de denúncia e / ou fiscalizar problemas ambientais fora de suas responsabilidades legais e sem delegação de competência ainda que relacionados aos recursos hídricos;
- Desenvolver quaisquer atividades sem o conhecimento do Conselho de Administração e / ou do Comitê da Bacia.

Faz-se necessária a delimitação correta dessas atribuições a fim de se evitar a utilização da Agência no atendimento de demandas ambientais da sociedade. Ou seja, a Agência tem suas responsabilidades definidas em lei e suas diretrizes e atividades operacionais são previamente planejadas e aprovadas pelo Comitê e acompanhadas pelo seu Conselho de Administração. Com o exposto, pretende-se prevenir possíveis desvios de funções da agência.

6.2. Os Instrumentos Técnicos da Agência de Bacia

Instrumentalizar tecnicamente, a gestão de recursos hídricos é condição imprescindível para a sustentabilidade e a viabilidade do SEGRH proposto na Política Estadual de Recursos Hídricos.

Para melhor entendimento do conceito de Instrumento Técnico, pode-se defini-los como sendo as ferramentas técnicas de trabalho pelas quais a Agência de Bacia poderá viabilizar a operacionalização dos Instrumentos de Gestão.

Por se tratar de uma novidade no campo da administração pública, a Agência de Bacia poderá enfrentar um período de adaptação no quadro institucional vigente. Esse período corresponderá a uma etapa de

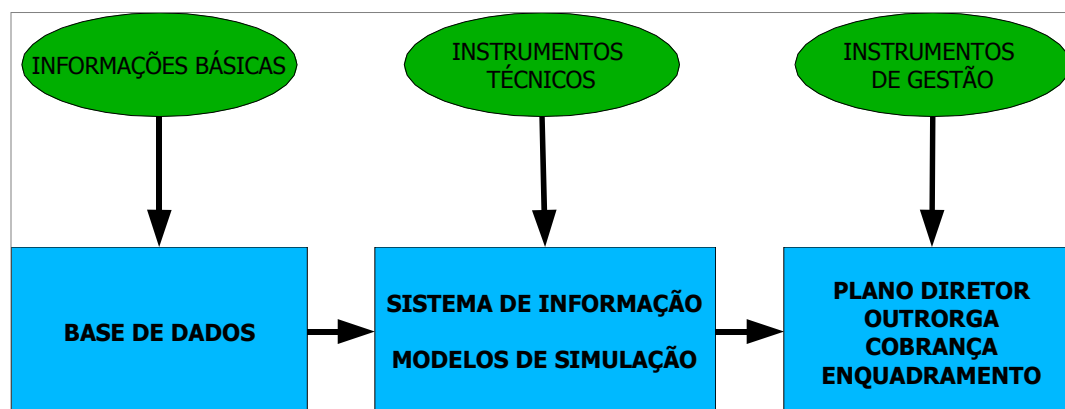


legitimação institucional, ou seja, de demonstração de viabilidade e de capacidade executiva para o exercício das suas atribuições e competências. Ela deve ser tecnicamente fortalecida através da absorção de alguns instrumentos básicos fundamentais para facilitar a sua futura viabilização.

Esses Instrumentos Técnicos devem estar à disposição da Agência de Bacia para que ela possa exercer adequadamente as suas responsabilidades legais. Sem os Instrumentos adequados, não há condições para o pleno exercício da gestão uma vez que, ela se desenvolve em ambiente complexo de inter-relacionamentos institucionais, onde se buscam soluções para os diferentes aspectos que envolvem a utilização dos recursos hídricos na bacia hidrográfica. A boa capacitação técnica da Agência de Bacia é fundamental em um processo de discussão intenso com a participação de diferentes esferas do Poder Público, da iniciativa privada e de organizações civis de recursos hídricos. Estabelecem-se, assim, grandes expectativas em relação à habilitação da Agência de Bacia em conduzir a implantação de planos e programas para o desenvolvimento dos recursos hídricos e suas melhorias nos aspectos de qualidade, de disponibilidade e de controle de seus efeitos adversos.

Não se dispondo de instrumentos adequados, há significativos riscos de que os esforços até aqui realizados para a implantação do SEGRH integrado e participativo tenham sido em vão. Não se pode correr o risco de que a avaliação da viabilidade de todo um novo conceito de exercício de funções públicas seja prejudicada em razão da ausência, ou insuficiência, de recursos técnicos como aconteceu no passado com a área ambiental. Cabe então, ao SEGRH definir os Instrumentos Técnicos que deverão ser utilizados pela Agência de Bacia.

Assim, é fundamental dotar a Agência de Bacia das condições mínimas para o seu funcionamento e operação. A partir das Informações Básicas sobre a bacia, os principais instrumentos técnicos que, podem estar a disposição para organizar a operacionalidade da Agência de Bacia são: (1º) o Sistema de Informações e (2º) os Modelos de Simulação que, conseqüentemente, alimentarão a gestão do Plano Diretor e dos demais instrumentos: **Cobrança - Outorga - Enquadramento**.



Na concepção dos Instrumentos Técnicos, deve-se evitar projetos demasiadamente ambiciosos do ponto de vista dos custos de implantação bem como aqueles de manutenção excessivamente dispendiosas ou de operação sofisticada. Quaisquer que sejam os Instrumentos Técnicos escolhidos pelo SEGRH para serem utilizados pelas Agências de Bacias é preponderante e até fundamental que eles possam eletronicamente conversar entre si proporcionando uma integração e, de certa forma padronização de todos os Comitês no Estado de Minas Gerais. Esta diretiva poderá, futuramente facilitar a função gerencial e integradora de responsabilidade do IGAM.

Entretanto, o desenvolvimento e a operacionalidade desses Instrumentos Técnicos dependem:



- Em primeiro lugar, da capacidade da Agência de Bacia em desenvolver / coordenar estudos e / ou articular-se com outras instituições na coleta das informações necessárias;
- Em segundo, da persistência em incorporar e utilizar as rotinas na gestão dos recursos hídricos;
- E, em terceiro lugar, do entendimento de que, sem operação e manutenção contínuas, os Instrumentos Técnicos tendem a tornarem-se obsoletos, considerando-se, especialmente, a velocidade com que se evoluem os recursos da informática.

Para dar a partida no desenvolvimento destes Instrumentos Técnicos torna-se necessário inicialmente o desenvolvimento de estudos ou a coleta de Informações Básicas sobre a bacia, que para tanto, a Agência deverá ter alguns componentes básicos:

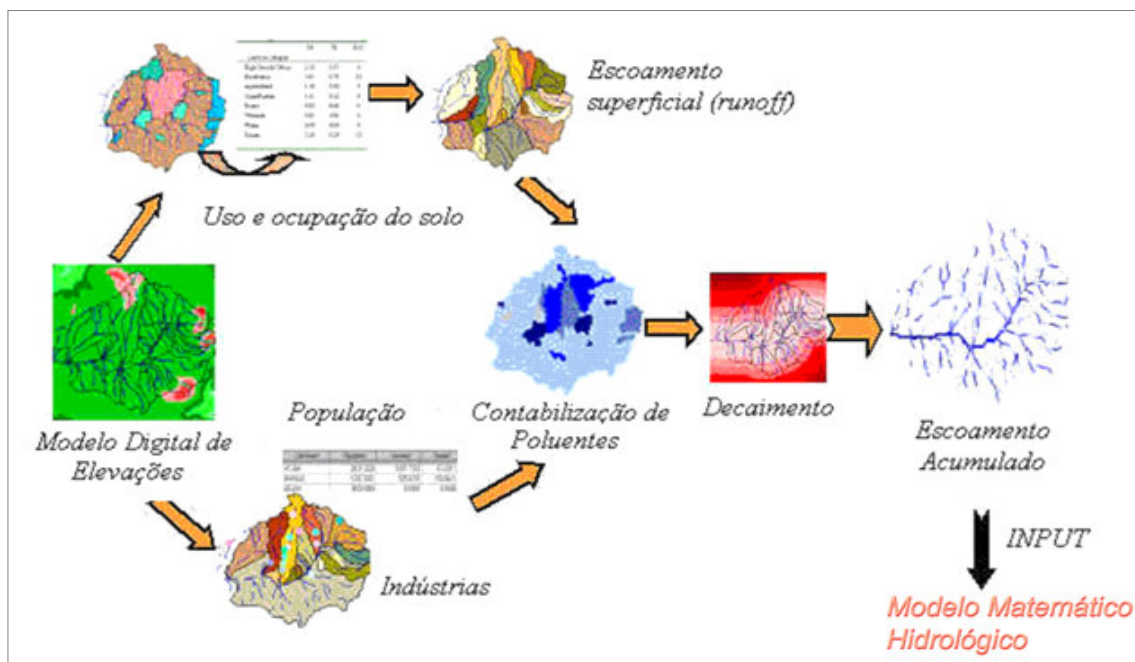
1. Recursos humanos capacitados:

- Visando a sustentação técnica para a realização e / ou coordenação das ações, incluindo a coleta de dados, análise e avaliação dos resultados e a continuidade dos trabalhos;

2. Uma base de dados ambientais

- Visando a consolidação de uma ferramenta de trabalho vital para a sistematização permanente dos dados coletados, através da alimentação do Sistema de Informação, dos Modelos de Simulação e do Plano Diretor da Bacia, a consolidação de um canal permanente de divulgação de informações e subsidiar os processos participativos do Comitê da Bacia.

O fluxograma a seguir ilustra a relação dos Instrumentos Técnicos da Agência de Bacia, ou seja, o Sistema de Informações Geográficas – SIG e o Modelo Matemático Hidrológico.



Fonte: CIBAPAR

É oportuno mencionar que a utilização dos Instrumentos Técnicos exige disponibilidade financeira e acima de tudo capacitação técnica, fato este que não deverá inibir o desenvolvimento da Agência, pelo contrario, deve



se constituir em uma meta a ser perseguida.

7. JUSTIFICATIVA DA PROPOSTA DE EQUIPARAÇÃO

Por ser a água um bem de uso comum, cujo domínio não se traduz no modelo formal de propriedade, há que se convir que sua gestão deverá assumir contornos diferenciados. No intuito de criar condições para exercer essa gestão, a Lei Federal e, acompanhando-a, a Lei Estadual, previram a implantação de uma estrutura administrativa formada pelo Comitê de Bacia Hidrográfica e a Agência de Bacia, com a participação de representantes do Poder Público, além de usuários e demais entidades interessadas cujas competências se relacionem com os recursos hídricos.

Em apertada síntese, nessa gestão Comitê-Agência, constitui-se o Comitê de um fórum de discussões a serem tomadas, restando à Agência a execução das mesmas, o que demonstra, como já muito citado a importância da Agência de Bacia dentro de um Sistema de Gestão de Recursos Hídricos.

Também já se mencionou dos entraves político - administrativos da criação pelo Poder Público, de Agências de Bacia. Nesse contexto, a equiparação de entidades, facultada tanto pela lei federal quanto pela estadual, vem de encontro à necessidade premente da real execução de políticas e programas de gestão de recursos hídricos.

Contudo, considerando a já exaustivamente demonstrada importância da Agência de Bacia na execução da política de recursos hídricos pertinentes à sua área de atuação, e conseqüentemente, de todo o sistema (a Lei Estadual elenca, em seu art. 45, 34 itens relativos à competência das agências), a própria lei impôs restrições a essa equiparação.

Conforme já explicitado, tal entidade assumirá as funções legais destinadas às Agências de Bacia, atuando juntamente com seu respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica, de acordo com a Lei Estadual dos recursos Hídricos - Lei 13.199/99, estabelecendo-se, dessa forma, um sistema de gestão descentralizada. Passará, portanto, a ter as prerrogativas, suas competências e suas responsabilidades.

Foi destacada ao longo desse trabalho uma série de requisitos para a criação de uma Agência ou entidade a ela equiparada. A ABHA, dadas as atribuições já hoje exercidas, e visando um aprimoramento das mesmas, considera cumprir todos esse requisitos, conforme será demonstrado e assim pleiteia sua equiparação à condição de Agência de Bacia.

7.1. Justificativa Jurídica

A Associação Regional e Multissetorial de Usuários de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Araguari - ABHA é uma associação civil, sem fins lucrativos, cujo estatuto social foi registrado no cartório de registro de pessoas jurídicas, no Município de Araguari.

A ABHA teve seu atual Conselho de Administração e Fiscal eleitos em reunião realizada em 29 de abril de 2004, e sua atual Diretoria empossada em 12 de agosto de 2004, conforme registro no cartório (doc. X).

Desde sua criação a Associação vem prestando apoio ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari - CBH-Araguari, criado pelo Decreto Estadual nº 39.912 de 22 de setembro de 1998, inclusive realizando inúmeras reuniões conjuntas com o Comitê, como pode verificar-se na síntese das atas de reunião do CBH e já destacado no capítulo destinado aos antecedentes.

No que tange aos aspectos jurídicos, foram aprovadas alterações ao Estatuto, devidamente registradas, exatamente para que a Associação possa pleitear a equiparação à Agência de Bacia, inclusive havendo



expressa previsão estatutária da possibilidade, da mesma assumir a função de entidade equiparada (§ 4º do art. 1º do Estatuto).

Em primeiro lugar, há que se comentar sobre a constituição formal da ABHA - Associação Multissetorial de Usuários de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari.

A opção pela constituição sob a forma de "associação multissetorial de usuários" se deu pelo fato de que as associações, além de ser uma determinação legal prevista no parágrafo 2º do artigo 37 da Lei Estadual 13.199/99, são entidades que apresentam simplificação organizacional e amparo legal desburocratizante.

Nesse sentido, são entidades que melhor podem viabilizar, em curto prazo e de maneira satisfatória, a implementação de uma unidade executiva que possa ser equiparada à Agência de Bacia. Tal escolha foi, inclusive, apontada pelo Dr. Marley Caetano, então Diretor Jurídico do IGAM, na 16ª reunião do CBH, realizado no dia 09 de julho de 2002.

Em segundo lugar, a escolha dos usuários como membros dessa associação busca incluir essas importantes figuras na implementação do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos. Além disso, essa escolha visa desvincular a gestão da Associação ao próprio Comitê, tendo em vista que a composição anterior da ABHA era coincidente com o CBH Araguari, o que não seria condizente com a dinâmica do sistema que se pretende instalar.

Por fim, cabe aqui ser ressaltado, o fato daqueles afetados pela cobrança poderem ter acesso e participação na execução de planos e programas na bacia, dará maior legitimidade à destinação dada aos recursos arrecadados.

Ultrapassado o aspecto formal, salienta-se que a estrutura organizacional e viabilidade econômica tornam a ABHA capaz de exercer as atividades inerentes a uma Agência de Bacia.

Sua área de atuação coincide com a do CBH e abrange toda a Bacia do Rio Araguari e, conforme disposição estatutária, a associação tem como objetivos a recuperação, proteção e racionalização dos usos dos recursos hídricos da bacia hidrográfica do rio Araguari, o incentivo à prática da utilização racional e integrada dos recursos hídricos, com vistas ao desenvolvimento sustentável, a busca da integração dos usuários de recursos hídricos da bacia do rio Araguari.

Além disso, cumpre ressaltar que a também é objetivo da ABHA prestar apoio ao Estado de Minas Gerais na implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos conforme estabelecido pela Lei Estadual 13.199, de 29 de janeiro de 1999.

Dentre a estrutura da Associação, é importante destacar a figura do Conselho de Administração, o órgão de deliberação superior da ASSOCIAÇÃO. Dentre suas competências podemos ressaltar o acompanhamento e fiscalização do cumprimento das deliberações da Assembléia Geral, a deliberação sobre as linhas gerais das políticas, diretrizes e estratégias da ASSOCIAÇÃO, com a orientação da Diretoria no cumprimento de suas atribuições, aprovar regimentos internos, analisar relatórios gerenciais, acompanhar execução de contratos, resolver os casos omissos ao Estatuto, dentre outros.

O Conselho de Administração será formado por 8 membros, sendo 4 deles indicados pela Assembléia Geral, dentre associados representantes de irrigantes, de concessionárias e autorizadas de geração de energia hidrelétrica, de indústrias e de instituições encarregadas de prestação de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

O restante do Conselho será composto por membros exteriores à Associação. Essa previsão tem por finalidade buscar possibilitar que pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral venham somar esforços para um melhor desempenho do mesmo e, por conseguinte, da Associação.



A mesma sistemática é prevista para o Conselho Fiscal, que pode buscar o assessoramento de contabilista legalmente habilitado para o exame dos livros, dos balanços e das contas.

É vedada a participação de um mesmo membro, concomitantemente, no dois conselhos.

Por fim, caberá a Diretoria a execução propriamente dita das ações da Associação, que deverão seguir diretrizes e planos aprovados pelo Conselho de Administração. Será essa Diretoria composta por um Diretor-Presidente, um Gerente de Administração e Finanças, um Gerente de Apoio aos Usuários, um Gerente de Instrumentos de Gestão, um Coordenador de Informação e um Coordenador Jurídico, cujas atribuições estão previstas no Estatuto e no Regimento Interno.

Para finalizar cabe ressaltar que a Associação, tal como previsto em seu Estatuto, e corroborando com os princípios do sistema de gestão de recursos hídricos que se pretende instalar no Estado de Minas Gerais, possui estrutura técnica e administrativa reduzida, funcionalmente simples e eficiente.

7.2. Justificativa Técnica

7.2.1. Das Competências legais

As competências legais da Agência de Bacia estão exaustivamente explicitadas nos artigos 44 e 45 das Leis Federal 9.433/97 e Estadual 13.199/99 respectivamente e, caso haja a equiparação, os referidos artigos passarão a ser, em sua íntegra, as competências da ABHA. Considerando-se que, basicamente, a Agência de Bacia deve trabalhar operacionalizando os instrumentos de gestão de recursos hídricos pode-se mencionar que a ABHA deve ter uma estrutura organizacional capaz de:

1. Fornecer assessoria jurídica à formalização dos processos e recursos a serem julgados pelo Comitê;
2. Fornecer assessoria administrativa e financeira para a tramitação e operacionalização dos instrumentos de gestão bem como para sua gestão interna;
3. Fornecer apoio operacional às reuniões do Comitê de Bacia, aos Conselhos de Administração e Fiscal e à Assembléia Geral de Associados;
4. Possibilitar meios ágeis de comunicação facilitando a relação com os usuários da água e com os demais agentes do SEGRH;
5. Ter capacidade técnica para atuar nas questões relacionadas com os instrumentos de gestão tais como: planejamento, hidrologia, qualidade de água, usos da água e do solo, administração financeira, dentre outros;
6. Ter capacidade técnica para avaliar a eficiência dos projetos de sistemas de controle ou das ações propostas pelos usuários para serem financiadas pelos recursos da cobrança pelo uso / poluição das águas.

A ABHA deverá estar preparada para atender as necessidades básicas para o funcionamento do sistema Comitê-Agência e de todos os instrumentos de gestão de recursos hídricos. O preenchimento da plenitude das funções e competências da ABHA se dará paulatinamente na medida em que houver:

1. Delegação de competência: aprovação da proposta de equiparação pelo CERH-MG;
2. Acerto de compromissos: assinatura do contrato de gestão com o IGAM;
3. Obtenção de recursos financeiros: Implementação da cobrança pelo uso da água;
4. Normatização: regulamentação dos demais instrumentos de gestão.

7.2.2. Da estrutura organizacional

Considerando-se que a ABHA é uma associação que pleiteia, junto ao CERH, a equiparação à Agência de Bacia, tornou-se necessário que a sua estrutura organizacional se adequasse a Lei Estadual 13.199/99, aos



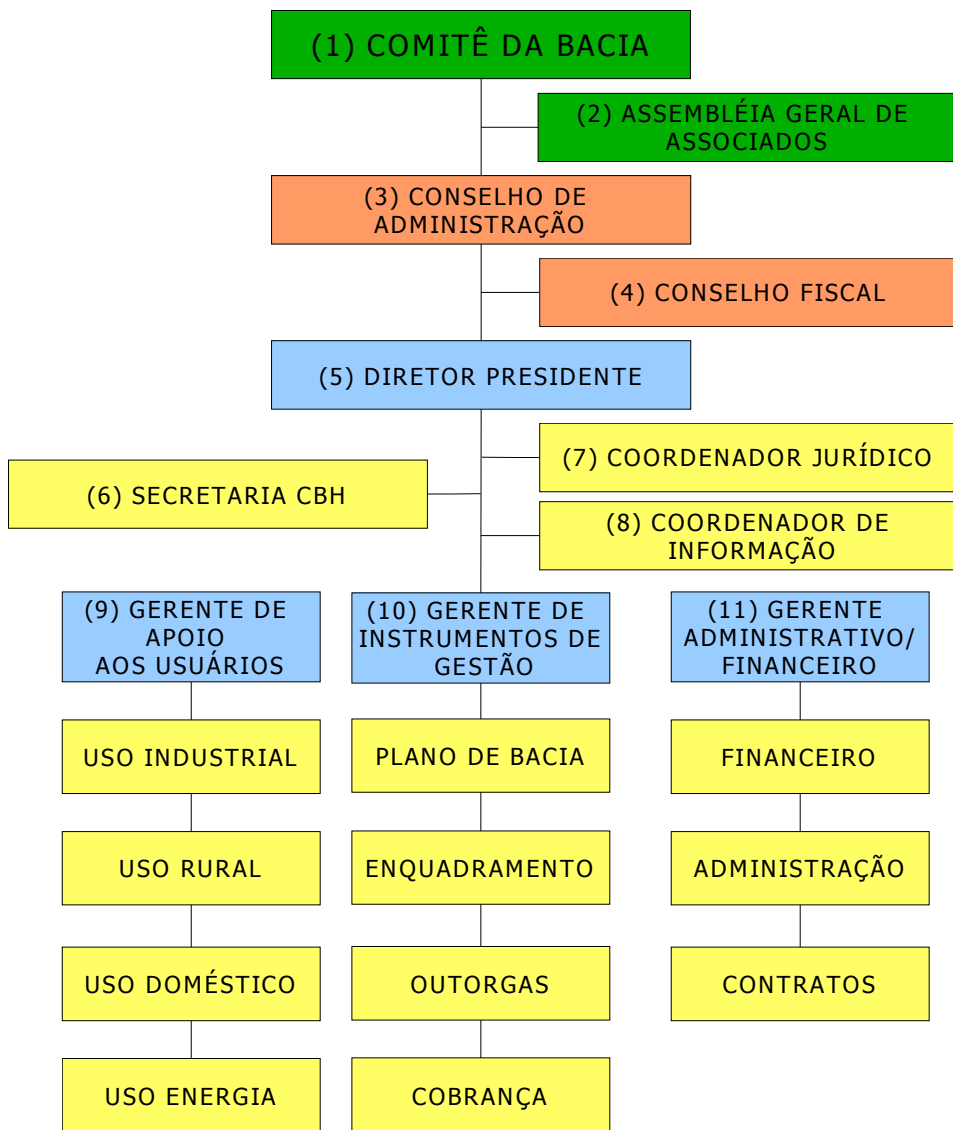
Decretos Estadual 41.578/01 e 44.046/05 bem como ao Código Civil de 2002. Dessa maneira, atendendo à legislação, previu-se uma Assembleia Geral com as atribuições dispostas pelo artigo 59 do Código Civil. Juntamente à Assembleia, compõe a Associação o Conselho Fiscal e o de Administração e a Diretoria.

A proposta foi desenvolvida no sentido de que a Assembleia Geral da ABHA (composta de todos os associados) tivesse funções e claramente distintas do Comitê de forma a se evitar conflitos e sobreposição de funções. Deve-se mencionar que a ABHA existirá tão somente enquanto tiver delegação de competência de equiparação e deverá ser incorporada pela Agência de Bacia caso seja criada pelo Estado de Minas Gerais.

O Sistema de Gestão de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Araguari tem como órgão máximo o Comitê da Bacia com suas atribuições previstas em lei e a entidade a ser equiparada à Agência de Bacia possui os seguintes órgãos:

- Assembleia Geral
- Conselho de Administração
- Conselho Fiscal
- Diretoria

Deve-se mencionar que as atribuições da Assembleia Geral são aquelas previstas em lei e puramente administrativas não havendo conflito com o Comitê da Bacia que possui atribuições específicas de gestão de recursos hídricos. A seguir apresenta-se a estrutura organizacional PROPOSTA para o Sistema de Gestão de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Araguari.



Essa estrutura organizacional abrange as seguintes macro-atividades funcionais:

1. **Comitê da Bacia:** colegiado deliberativo do SEGRH ao nível da bacia hidrográfica;
2. **Assembleia Geral de Associados:** órgão integrante da sociedade civil;
3. **Conselho de Administração:** colegiado com funções administrativas (composto de associados e não associados) que possui responsabilidade de acompanhar / fiscalizar junto à Agência de Bacia o fiel cumprimento das decisões do Comitê e do contrato de Gestão;



4. **Conselho Fiscal:** colegiado com a atribuição específica de acompanhar e aprovar, em primeira instância, a prestação de contas da Agência;
5. **Diretor Presidente:** responsável pela condução técnica, administrativa e financeira da Agência;
6. **Secretaria CBH:** tem a função de prestar o apoio administrativo e logístico para o funcionamento do Comitê, da Assembléia Geral e dos Conselhos Fiscal e de Administração;
7. **Coordenador Jurídico:** Tem a função de prestar assessoria jurídica aos processos administrativos, aos contratos e convênios da Agência e do Comitê;
8. **Coordenador de Informação:** presta assessoria à Agência e ao Comitê tanto para a demanda interna (programas) como externa (imprensa), coordena a gestão do Sistema de Informações de Recursos Hídricos da bacia e desenvolve programas de educação ambiental e de capacitação de recursos humanos;
9. **Gerente de Apoio aos Usuários:** Tem a função básica de prestar suporte técnico ao usuário:
 - Diagnosticando problemas pontuais de uso / consumo de água e poluição;
 - Analisando eficiência das soluções propostas e projetos;
 - Dando parecer técnico para liberação de recursos financeiros;
 - Acompanhando e fiscalizando a execução das soluções objeto de financiamento;
10. **Gerente de Instrumentos de Gestão:** Tem a função básica de operacionalizar os instrumentos de gestão, ou seja:
 - Coordenar o desenvolvimento / atualização do Plano Diretor, do Plano de Aplicação dos Recursos Arrecadados e do Plano Emergencial de Controle e relatório sobre a situação dos recursos hídricos;
 - Desenvolver a proposta e acompanhar a gestão do enquadramento e do monitoramento dos corpos de água;
 - Manter cadastro de usuários e acompanhar a gestão dos processos de outorga, conforme entendimentos com o órgão gestor;
 - Desenvolver estudos e acompanhar a gestão relativa à cobrança pelo uso / consumo / poluição das águas;
 - Propor ao Comitê o rateio do custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo;
 - Coordenar o desenvolvimento e a implantação dos Instrumentos Técnicos as Agência.
11. **Gerente Administrativo / financeiro:** Têm a função básica de administrar os contratos, convênios, os recursos humanos bem como prestar apoio administrativo e financeiro ao funcionamento da Agência e do Comitê da Bacia.

A estrutura organizacional deve ser dinâmica e desenvolvida re-adaptando-se a todo o momento à realidade. Na determinação da estrutura organizacional foram previamente considerados os tipos determinantes de usos da água e seus problemas, a situação da implantação dos instrumentos de gestão, as prioridades definidas pelo Comitê da Bacia, o contrato de gestão a ser assinado com o órgão gestor, as disponibilidades financeiras, dentre outros.

7.2.3. Dos Recursos Humanos

Após a aprovação da equiparação com Agência de Bacia e assinatura de Contrato de Gestão com o IGAM, a ABHA deverá ter como meta atingir um mínimo de funcionários que possibilite a operacionalização de seus serviços. O quadro que segue apresenta uma meta de funcionários a serem contratados:



Cargos Gerenciais	Quantidade	Funções	Quantidade
Diretor Presidente	1		
Secretária CBH	1	TNM	1
Coordenador Jurídico	1		
Coordenador Informação	1	TNM	1
Gerente de Apoio aos Usuários	1	TNS	4
Gerente de Instrumentos Gestão	1	TNS	4
Gerente Administrativo	1	TNS	1
Financeiro		TNM	2
Total	7	Total TNS	9
		Total TNM	4

TNS: Técnico de Nível Superior

TNM: Técnico de Nível Médio

O perfil profissional dos técnicos de nível superior deve ser adequado às atividades funcionais conforme é sugerido a seguir:

Atividade	Perfil profissional
Uso industrial	Engenheiro de processos, civil ou sanitarista e outros afins...
Uso rural	Engenheiro agrônomo, florestal ou veterinário e outros afins...
Uso doméstico	Sanitarista e outros afins...
Uso energia e outros	Geógrafo, biólogo e outros afins...
Plano Diretor	Especialista e outros afins...
Enquadramento/monitoramento	Químico, biólogo e outros afins...
Outorga	Hidrólogo e outros afins...
Cobrança	Economista e outros afins...
Financeiro	Contador e outros afins...

Atualmente, uma estrutura mínima do corpo funcional encontra-se implantada e tem desenvolvido, a contento, os trabalhos demandados pelo Comitê da Bacia. A completa implantação do organograma deverá se dar ao longo do tempo dependendo principalmente, da entrada de recursos financeiros da cobrança pelo uso dos recursos hídricos.



7.3. Justificativa Econômica

7.3.1. Dos Recursos Financeiros

Se no passado a água era considerada um recurso mineral, ambiental, natural, essencial à vida e infinitamente abundante hoje, após os impactos causados pelo desenvolvimento industrial, desmatamentos e crescimento populacional, pensa-se diferente. A água é um recurso finito. Não dá mais para continuar retirando água a vontade dos rios, sujando e desperdiçando. Uma das maneiras de controlar a poluição e racionalizar o consumo é dar à água um valor econômico. É o que determina a Lei Federal 9.433/97 e a Lei Estadual 13.199/99 com a proposta de cobrança pelo uso e poluição da água. Entretanto, é digno de nota que a cobrança pelo uso da água não é um imposto ou taxa convencionalmente existente no Brasil. Pode-se conceituar a cobrança como a transformação de recursos, ou seja, transformam-se os recursos hídricos em recursos financeiros pelo ato de cobrar e transformam-se os recursos financeiros novamente em recursos hídricos de melhor qualidade e maior quantidade pela implantação de ações do plano diretor da bacia. Tudo isso acontece através do Comitê da Bacia onde os próprios usuários pagantes e representantes da sociedade civil e governo decidem quem paga, como, quanto e onde pagar. Os recursos arrecadados retornam para os usuários aplicarem na solução de seus problemas relacionados com os recursos hídricos.

Por ser um instrumento de base técnica, ainda em referência com o sistema francês, existe uma correlação entre os parâmetros problema objeto de cobrança, as ações do plano e os parâmetros que serão cobrados, conforme exemplificado no esquema a seguir:

	DIAGNÓSTICO DA BACIA DETECTOU:	CAUSADO POR:	SERÁ REALIZADA A COBRANÇA PELO:	O PLANO DIRETOR INDICA COMO SOLUÇÃO:
Parâmetro-problema	Alto índice de DBO	Falta de tratamento de esgotos das cidades	Lançamento de DBO	Construção de estações de tratamento de esgoto

Alem disso, existe ainda uma correlação entre a origem das receitas e o destino dos investimentos, por exemplo:

RECEITAS		INVESTIMENTOS
Cobrança pela poluição doméstica, industrial e rural.	↔	Diminuição da poluição através de ajudas aos municípios, indústrias e produtos rurais
Cobrança pelo uso e consumo (municípios, indústrias e irrigantes)	↔	Melhoria da disponibilidade de água através de ajudas financeiras aos municípios, indústrias e irrigantes.
Reembolso de empréstimos e investimentos	↔	Estudos, monitoramento, etc.
Produtos financeiros diversos	↔	Despesas de funcionamento das Agências

Considerando o quadro acima apresentado pode-se concluir que só há disponibilização financeira para um determinado segmento de usuários se houver a contribuição financeira do mesmo, o que se torna uma motivação para que os usuários contribuam financeiramente com o sistema.



Finalizando, a cobrança pelo uso dos recursos hídricos é classificada como um instrumento econômico de gestão ambiental.

A Lei Estadual 13.199 determina que serão cobrados os recursos hídricos sujeitos à outorga e, segundo as peculiaridades de cada bacia hidrográfica, aquele que utilizar, consumir ou poluir recursos hídricos. Já o art. 25 da referida legislação traça as diretrizes para o cálculo da cobrança em uma bacia hidrográfica:

Art. 25 – No cálculo e na fixação dos valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos, serão observados os seguintes aspectos, dentre outros:

- I. nas derivações, nas captações e nas extrações de água, o volume retirado e seu regime de variação;*
- II. nos lançamentos de esgotos domésticos e demais efluentes líquidos ou gasosos, o volume lançado e seu regime de variação e as características físico-químicas, biológicas e de toxicidade do efluente;*
- III. a natureza e as características do aquífero;*
- IV. a classe de uso preponderante em que esteja enquadrado o corpo de água no local do uso ou da derivação;*
- V. a localização do usuário na bacia;*
- VI. as características e o porte da utilização;*
- VII. a disponibilidade e o grau de regularização da oferta hídrica local;*
- VIII. a proporcionalidade da vazão outorgada e do uso consuntivo em relação à vazão outorgável;*
- IX. o princípio de tarifação progressiva em razão do consumo.*

§ 1º – Os fatores referidos neste artigo poderão ser utilizados, para efeito de cálculo, de forma isolada, simultânea, combinada ou cumulativa, observado o que dispuser o regulamento.

§ 2º – Os procedimentos para o cálculo e a fixação dos valores a serem cobrados pelo uso da água serão aprovados pelo CERH-MG.

Recentemente, o Decreto Estadual 44.046/05 regulamentou a cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio do Estado de Minas Gerais.

Entretanto, as experiências francesa e brasileira (Paraíba do Sul) demonstram que a implantação da cobrança deve se dar de forma gradativa, iniciando com parâmetros e formulas simples e de fácil compreensão dos usuários e da sociedade em geral. Na medida em que o sistema começa a funcionar e mostrar resultados, pode-se ir discutindo e aperfeiçoando, através do Comitê da Bacia, os parâmetros e as fórmulas de cobrança. Esta prática acabou sendo uma diretriz legal, ou seja, o art. 3o do Decreto menciona que:

Art. 3o A cobrança pelo uso de recursos hídricos será implantada de forma gradativa e não recairá sobre os usos considerados insignificantes.

A seguir apresenta-se a demonstração da viabilidade econômica da AGUARI.

7.3.2. Viabilidade Econômica

Segundo o art. 43 da Lei Federal 9.433/97 a criação de uma Agência de Água esta condicionada a "viabilidade financeira assegurada pela cobrança do uso dos recursos hídricos em sua área de atuação".

Já o art. 28 da Lei Estadual 13.199/99 menciona que:



Art. 28 – Os valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos serão aplicados, na bacia hidrográfica em que foram gerados e serão utilizados:

- I. no financiamento de estudos, programas, projetos e obras incluídos no Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica;*
- II. no pagamento de despesas de monitoramento dos corpos de água e custeio dos órgãos e entidades integrantes do SEGRH-MG, na sua fase de implantação.*

§ 1º – O financiamento das ações e das atividades a que se refere o inciso I deste artigo corresponderá a, pelo menos, dois terços da arrecadação total gerada na bacia hidrográfica.

§ 2º – A aplicação nas despesas previstas no inciso II deste artigo é limitada a sete e meio por cento do total arrecadado.

§ 3º – Os valores previstos no "caput" deste artigo poderão ser aplicados a fundo perdido em projetos e obras que alterem a qualidade, a quantidade e o regime de vazão de um corpo de água, considerados benéficos para a coletividade.

Desta maneira, a legislação é muito clara quando determina que deve ser comprovada a viabilidade financeira da Agência através da cobrança pelo uso dos recursos hídricos com a aplicação limitada em até 7.5% (sete e meio por cento) da arrecadação total em despesas de monitoramento dos corpos de água e custeio dos órgãos do SEGRH. Por outro lado, a norma determina também a aplicação de pelo menos dois terços da arrecadação no financiamento de estudos, programas, projetos e obras do plano diretor. Estes dois índices constituem-se então, em parâmetros limitadores para a apartação financeira do estudo de viabilidade econômica.

Considera-se bastante pertinente a determinação legal, pois um dos princípios da nova proposta brasileira para a gestão de recursos hídricos é a descentralização e a busca da sustentabilidade financeira.

7.3.2.1. Das Despesas

Salários + encargos

RECURSOS HUMANOS	UNITÁRIO R\$	MENSAL R\$	ENCARGOS A+B+C=60.46%	MENSAL R\$	ANUAL R\$
Presidente	4.500,00	4.500,00	2.720,00	7.220,70	86.648,40
Secretária do CBH	800,00	800,00	483,68	1.283,68	15.404,16
Coordenador Jurídico	3.200,00	3.200,00	1.934,72	5.134,72	61.616,64
Coordenador de Informação	1.500,00	1.500,00	906,90	2.406,90	28.882,80
Gerências Operacionais (três)	3.200,00	9.600,00	5.804,16	15.404,16	184.849,92
Técnicos de Nível Superior (nove)	2.200,00	19.800,00	11.971,08	31.771,08	381.252,96



Técnicos de Nível Médio (quatro)	500,00	2.000,00	1.209,20	3.209,20	38.510,40
TOTAL		41.400,00	25.030,44	66.430,44	797.165,28

Os encargos foram calculados considerando-se a tabela apresentada a seguir:

Encargos

ENCARGOS SOCIAIS E OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	
DESCRIÇÃO	
GRUPO A	
- INSS	20,00%
- Sesi ou Sesc	1,50%
- Senai ou Senac	1,00%
- FGTS	8,50%
- Seguro de acidente de trabalho	3,00%
- Sebrae	0,60%
SUB-TOTAL GRUPO A:	34,60%
GRUPO B	
- FÉRIAS	8,27%
- 13º SALÁRIO	8,21%
- ABONO DE FÉRIAS	2,73%
SUB-TOTAL GRUPO B:	19,21%
GRUPO C	
- INCIDÊNCIA DO GRUPO A SOBRE O GRUPO B	6,65%
SUB-TOTAL GRUPO C:	6,65%
TOTAL A+B+C:	60,46%

Manutenção

DESPESAS	MENSAL (R\$)	ANUAL (R\$)
Aluguel	800,00	9.600,00
Telefone	600,00	7.200,00
Internet	100,00	1.200,00
Material de consumo	300,00	3.600,00
Transporte	600,00	7.200,00
Contabilidade	350,00	4.200,00



Outros	250,00	3.000,00
TOTAL	3.000,00	36.000,00

Instrumentos de Gestão

Os valores da tabela a seguir foram estimados considerando-se a possibilidade de serem potencializados com o desenvolvimento de parcerias com as instituições de ensino, pesquisa e demais instituições do SEGRH.

DESPESAS TOTAIS	TOTAL TRI-ANUAL R\$
Plano de Aplicação dos Recursos Arrecadados	25.000,00
Proposta de Enquadramento	60.000,00
Implantação da cobrança	30.000,00
Gestão da outorga	36.000,00
Sistema de Informações	25.000,00
Educação Ambiental/Comunicação/Treinamento	60.000,00
Plano Diretor (estudos)	400.000,00
TOTAL	636.000,00

Em 23 de setembro de 2004, a ABHA assinou Contrato de Cooperação Técnica com o Consórcio Capim Branco Energia – CCBE em atendimento a condicionante da Licença Prévia no. 35, emitida pelo COPAM, em 22 de março de 2002, modificada pela CIF/COPAM por ocasião da Licença de Instalação 090, de 30 de agosto de 2002 relativos aos aproveitamentos hidrelétricos Capim Branco I e II. A Cláusula Terceira do Contrato menciona que:

Os recursos financeiros para a execução dos objetivos previstos neste Contrato serão garantidos pelo CCBE e corresponderão a um total de R\$561.000,00 (quinhentos e sessenta e um mil reais), a preços de agosto de 2004, devendo ser corrigidos anualmente e assim distribuídos:

1. R\$187.000,00 (cento e oitenta e sete mil reais) na assinatura deste termo, com o objetivo de contribuir com a estruturação do CBH Araguari e na implantação da entidade contratada, equiparável à Agência de Bacia do Rio Araguari, dotando-a de infra-estrutura física, equipamentos, apoio técnico e custeio, inclusive débitos anteriores a este Contrato do CBH Araguari para com terceiros;
2. R\$124.666,00 (cento e vinte e quatro mil seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos) anuais, por três anos consecutivos, sendo a primeira parcela após o cumprimento no



especificado no item 1 acima, visando a execução de projetos, planos e programas que o Comitê atribuir a esta, em conformidade com a Cláusula Primeira deste Contrato.

Em conformidade com o contrato assinado, a ABHA possui um saldo a receber estimado em R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) que deverão ser aplicados em estudos do Plano Diretor da Bacia. Entretanto, estes recursos por não serem oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos não estão sujeitos ao limite de 7.5% para custeio da Agência e assim não foram contabilizados na simulação financeira como receita.

Dessa maneira, será necessário um acréscimo de recursos da ordem de R\$ 236.000,00 (duzentos e trinta e seis mil reais) para complementar os investimentos. Na simulação financeira da cobrança foi contabilizado como despesa o valor de R\$ 78.600,00 (setenta e oito mil e seiscentos reais) por três anos consecutivos.

Despesas totais

Salários / encargos	Manutenção	Instrumentos Gestão	Total anual
797.165,28	36.000,00	78.600,00	911.765,28

7.3.2.2. Das Receitas

Embora o Estatuto da ABHA possibilite diversas formas de obtenção de recursos financeiros, o presente trabalho leva em consideração apenas receitas oriundas da aplicação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos.

Da Simulação da Cobrança na Bacia do Rio Araguari

Para a implantação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos podem e ser utilizados diversos cenários com diferentes valores unitários de preço da água ou do lançamento de efluentes (R\$ / m³) ou até mesmo diferentes critérios. A simulação apresentada a seguir foi desenvolvida a partir de um modelo teórico apenas para comprovar a viabilidade financeira da futura Agência e, a posteriori, o Comitê da Bacia quando for implantar a cobrança deverá avaliar diversos outros cenários para a tomada de decisão.

A seguir apresenta-se o resultado da Simulação da Cobrança pelo uso dos recursos hídricos na Bacia do Rio Araguari.

1. Simulação 1 = abastecimento doméstico:

A simulação da cobrança pela captação para abastecimento doméstico foi aplicada considerando-se os seguintes critérios:

- A população total estimada em 950.000 habitantes;
- Coeficiente de captação per capita 246 l/hab.dia = média estadual (Fonte: SNIS 2000);
- Não houve diferenciação do custo da água em função de época de captação (estiagem ou chuva), da origem da água (superficial ou subterrânea) e da disponibilidade regional da água (zonas de disponibilidade);
- Não foi aplicado coeficiente de consumo;
- O valor unitário utilizado foi de R\$ 0,015/m³.

Arrecadação anual projetada com a aplicação da Simulação 1.



SIMULAÇÃO 1 - ABASTECIMENTO DOMÉSTICO							
Tipo de Usuário	População	Coeficiente de Captação per capta (l/hab/dia)	Captação per capta (m3/hab/dia)	Captação Total (m3/hab/dia)	Captação Anual Total (m3/hab/ano)	Custo Unitário (R\$/m3)	Arrecadação Total - Ano
Abastecimento Potencial	950.000,00	246	0,246	233700	85.300.500,00	0,015	R\$ 1.279.507,50
Balanço Financeiro		Arrecadação	VR para Custeio	Percentual Custeio			
Simulação 1		R\$ 1.279.507,50	R\$ 95.963,06	7,50%			

2. Simulação 2 = lançamento de efluentes domésticos:

A simulação da cobrança pelo lançamento da poluição doméstica foi aplicada utilizando-se os seguintes critérios:

- A população total estimada em 950.000 habitantes;
- Coeficiente de captação per capta 246 l/hab.dia = média estadual (Fonte: SNIS 2000);
- Coeficiente de vazões efluentes dos sistemas de esgotamento urbano 0.8 X vazão de captação (Fonte: ANA 2002);
- O valor unitário utilizado foi de R\$ 0.030/m³.

Observe-se ainda que na simulação descontou-se a população de 645.000 habitantes cujos municípios possuem esgoto tratado ou seja:

- Uberlândia e Nova Ponte tratam cerca de 580.000 habitantes com remoção de 90 a 91% de DBO;
- Encontra-se em fase de pré-operação a ETE de Patrocínio para 60.000 habitantes;
- Em Indianópolis encontra-se em construção uma ETE para 5.000 habitantes.

As ETE's de Uberlândia possuem tratamento preliminar, primário, secundário (reator anaeróbico seguido de filtração e canal de flotação).

Os resultados da Simulação 2 são apresentados na tabela a seguir:

SIMULAÇÃO 2 - LANÇAMENTO DE EFLUENTES DOMÉSTICOS							
Tipo de Usuário	População	Coeficiente de Captação per capta (l/hab/dia)	Captação per capta (m3/hab/dia)	Captação Total (m3/hab/dia)	Captação Anual Total (m3/hab/ano)	Coef. vazões de efluentes dos sist. Esgot. urbano	Custo Unitário (R\$/m3)
Abastecimento Potencial	950.000,00	246	0,246	233700	85.300.500,00	0,80	0,03
População com esgoto tratado	645.000,00	246	0,246	158670	57.914.550,00	0,80	0,03
Balanço Financeiro		Arrecadação	VR para Custeio	Percentual Custeio			
Simulação 2		R\$ 657.262,80	R\$ 49.294,71	7,50%			

3. Simulação 3 = geração de energia elétrica:

Esta modalidade de cobrança já é aplicada na bacia do rio Araguari pela ANEEL e os recursos atualmente são repassados para a ANA. Considerando que a Lei Federal 9.433/97 assim como a Lei Estadual 13.199/99 determinam que os recursos oriundos da cobrança sejam aplicados prioritariamente na bacia de origem, o CBH-Araguari deverá reivindicar o repasse e / ou acompanhar a aplicação dos recursos captados pela ANA.

Dessa forma, a Simulação 3 considerou:

- A arrecadação de Nova Ponte e Miranda (valores estimados a partir de dados de 2003);
- A expectativa de arrecadação futura Capim Branco I e II foi estimada à partir de Nova Ponte e Miranda;

Os resultados da Simulação 3 são apresentados na tabela a seguir:



SIMULAÇÃO 3 - GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

USINA	Capacidade Instalada (MW)	Arrecadação Média Mensal ref. 2003 (R\$/Mês)	Fator de correção	Arrecadação Média Mensal Projetada (R\$/Mês)	Arrecadação Média Anual Projetada (R\$/ano)
Miranda	408,00	28345,12	1,2	34014,144	408.169,73
Nova Ponte	510,00	33212,38	1,2	39854,856	478.258,27
Potencial Capim Branco I	500,00			35000	420.000,00
Potencial Capim Branco II	500,00			35000	420.000,00
Balanço Financeiro		Arrecadação	VR para Custeio	Percentual Custeio	
Simulação 3		R\$ 1.726.428,00	R\$ 129.482,10	7,50%	

Simulação 4 = irrigação, dessedentação, indústria, comércio e prestação de serviços e outros

Para esses usos da água a simulação da cobrança foi aplicada considerando-se:

- As outorgas nominais emitidas pelo IGAM e suas respectivas vazões e regimes;
- O valor unitário utilizado foi variável, de acordo com o tipo de usuário, variando de R\$ 0,010/m³ até R\$ 0,025/m³
- Nas outorgas em que regime não foi mencionado, utilizou-se valores médios para o regime
- Foram desconsiderados as outorgas de captação para uso doméstico público, por falta de dados de regime.

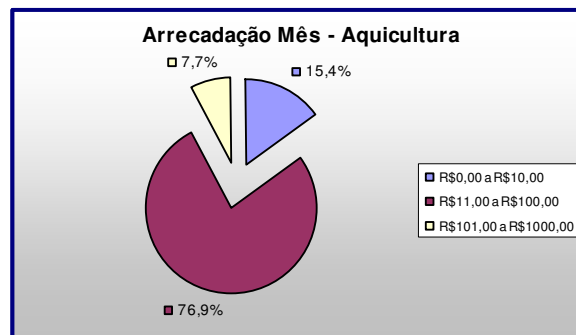
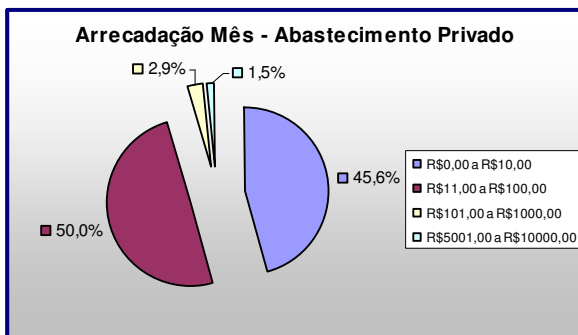
Os resultados da Simulação 4 são apresentados na tabela a seguir:

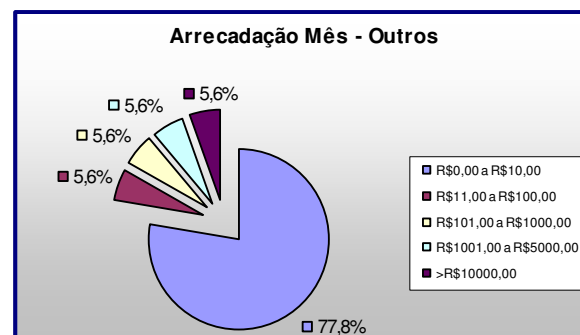
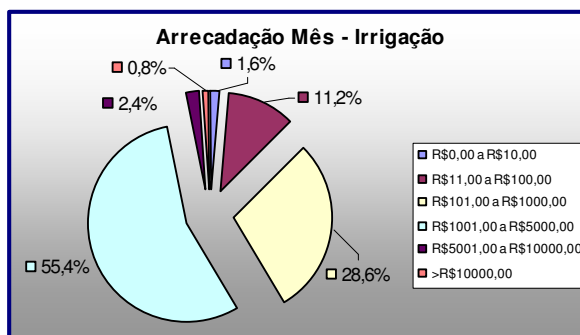
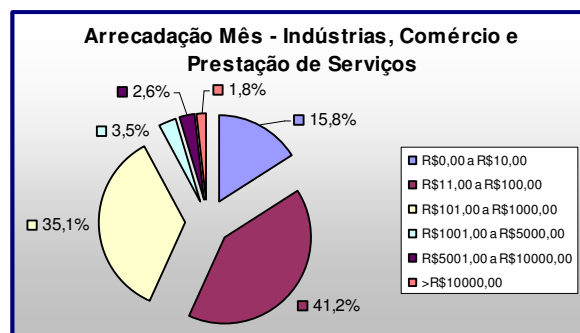
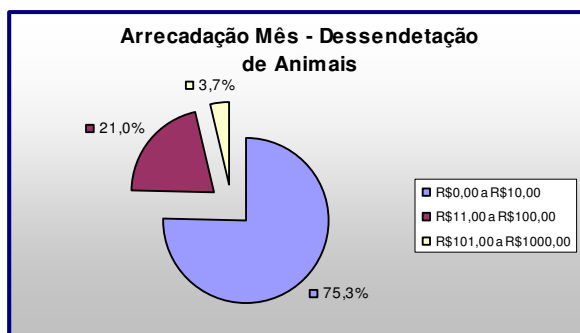
SIMULAÇÃO 4 - VAZÃO OUTORGADA

Tipo de Usuário	Vazão Outorgada (m3/ano)	Custo Unitário (R\$/m3)	Arrecadação Total - Ano
Abastecimento Privado	12.868.974,98	0,02	R\$ 257.379,50
Aquicultura	1.138.582,20	0,01	R\$ 11.385,82
Dessedentação Animais	1.779.651,75	0,01	R\$ 17.796,52
Indústria Comerc. Prest. Serviços	60.313.317,71	0,025	R\$ 1.507.832,94
Irrigação	422.551.486,10	0,015	R\$ 6.338.272,29
Outros	4.955.040,00	0,02	R\$ 99.100,80

Balanço Financeiro	Arrecadação	VR para Custeio	Percentual Custeio
Simulação 4	R\$ 8.231.767,87	R\$ 617.382,59	7,50%

Distribuição por faixas de arrecadação mensal da simulação 4:





Como pode ser observado acima, existem usuários outorgados que estariam pagando muito pouco enquanto que outros estariam pagando muito. Quando forem realizados os estudos finais para a efetiva implantação da cobrança na bacia do rio Araguari sugere-se a correção dessa distorção utilizando preços diferenciados por faixas de consumo.

Simulação 5 = Lançamento de Efluentes Não-Domésticos

Para essa simulação, foram utilizados os seguintes critérios:

- A vazão outorgada para o tipo de usuário Não Doméstico;
- Coeficiente de vazões efluentes dos sistemas de esgotamento urbano 0.8 X vazão de captação (Fonte: ANA 2002);
- O valor unitário utilizado foi de R\$ 0,030/m³;
- Por falta de informações, não foi considerada a existência de ETE's eventualmente existentes.

SIMULAÇÃO 5 - LANÇAMENTO DE EFLUENTES NÃO DOMÉSTICOS

Tipo de Usuário	Vazão Outorgada (m3/ano)	Custo Unitário (R\$/m3)	Coef. vazões de efluentes dos sist. Esgot. urbano	Arrecadação Total - Ano
Indústria Comerc. Prest. Serviços	60.313.317,71	0,03	0,80	R\$ 1.447.519,63
Balanco Financeiro Simulação 5		Arrecadação R\$ 1.447.519,63	VR para Custeio R\$ 108.563,97	Percentual Custeio 7,50%

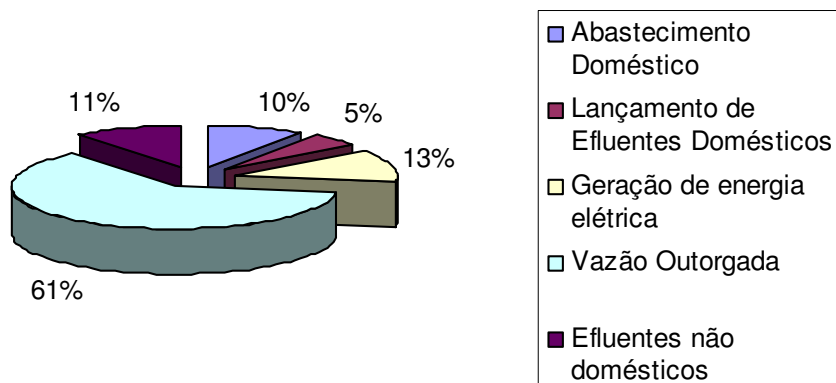
Síntese das receitas



SÍNTESE DE RECEITAS/ANO

SIMULAÇÃO	TIPO	Arrecadação	VR para Custeio
Simulação 1	Abastecimento Doméstico	R\$ 1.279.507,50	R\$ 95.963,06
Simulação 2	Lançamento de Efluentes Domésticos	R\$ 657.262,80	R\$ 49.294,71
Simulação 3	Geração de energia elétrica	R\$ 1.726.428,00	R\$ 129.482,10
Simulação 4	Vazão Outorgada	R\$ 8.231.767,87	R\$ 617.382,59
Simulação 5	Efluentes não domésticos	R\$ 1.447.519,63	R\$ 108.563,97
TOTAL GERAL		R\$ 13.342.485,80	R\$ 1.000.686,43

Percentual de arrecadação/ano por simulações



Do Balanço Financeiro

BALANÇO FINANCEIRO

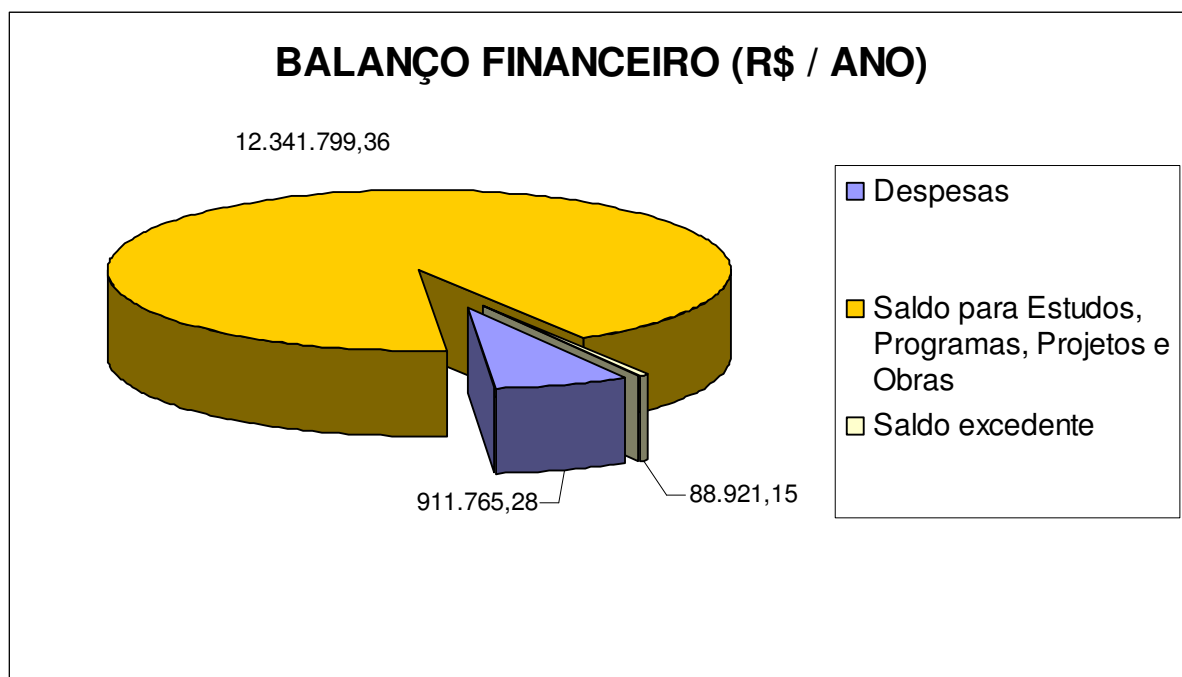
Receitas	Receita Total	Percentual para Custeio	Valor Custeio
Cobrança pelo uso da água	R\$ 13.342.485,80	7,50%	R\$ 1.000.686,43

Despesas

Salários e Encargos	R\$ 797.165,28
Manutenção	R\$ 36.000,00
Instrumentos de Gestão	R\$ 78.600,00
Total despesas	R\$ 911.765,28

Saldo (Receitas - Despesas)

Saldo para Estudos, Programas, Projetos e Obras	R\$ 12.341.799,36
Saldo excedente (receita custeio - despesa custeio)	R\$ 88.921,15



7.3.3. Perspectivas para Implantação da Agência

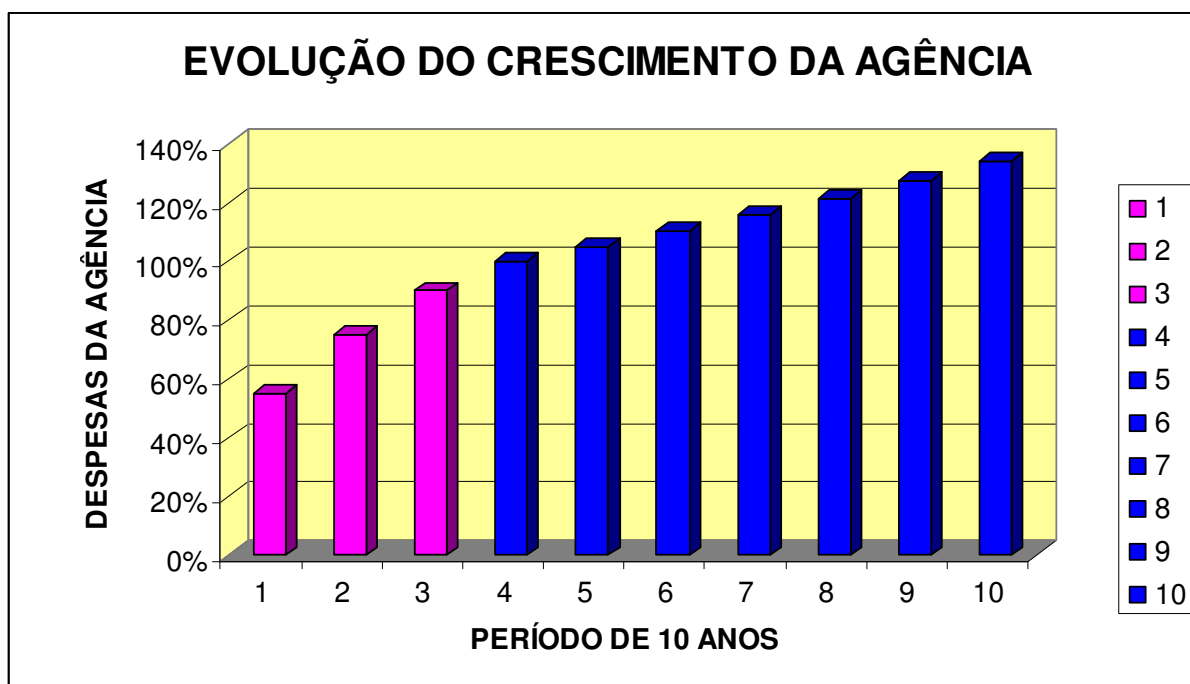
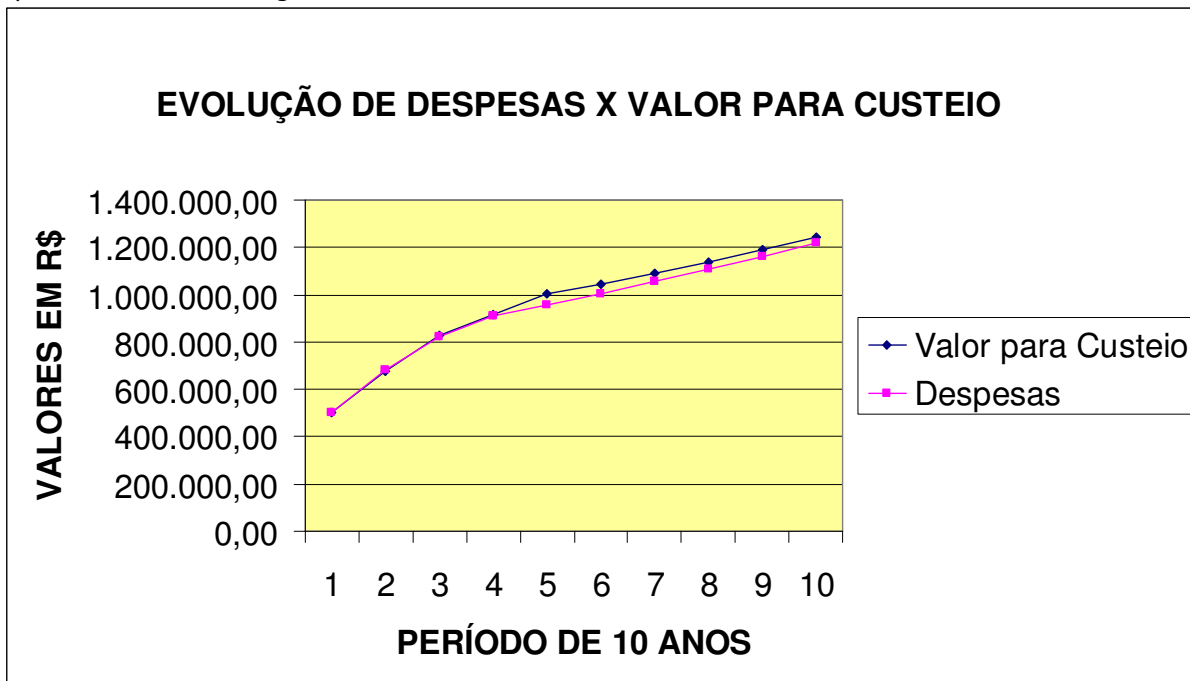
Considerando a discrepância entre a simulação anteriormente apresentada e a realidade da implantação da Agência, desenvolveu-se uma perspectiva de médio prazo com os seguintes critérios:

- a) Considerações sobre a Projeção das Receitas:
 - 50% no primeiro ano;
 - 70% no segundo ano;
 - 80%, 90% e 100% consecutivamente;
 - À partir do quinto ano, utilizou-se um percentual estimado de 5% a.a. de crescimento vegetativo
 - A exceção deve-se à Geração de Energia Elétrica, que atinge o seu ponto máximo no terceiro ano, com o ingresso de recursos provenientes das Usinas de Capim Branco 1 e 2.
 - Seguramente, com a implantação do Cadastro de Usuário, a perspectiva de eficiência na arrecadação será ampliada.
- b) Considerações sobre a Projeção de Despesas: A projeção de despesas considerou a viabilidade financeira da agência, ou seja, a perspectiva de receitas apresentada anteriormente, atendendo à determinação legal que considera o percentual máximo de 7,5% para o custeio, sendo:
 - 55% no primeiro ano;
 - 75% no segundo ano;
 - 90% no terceiro ano;
 - 100% no quarto ano;
 - Do quarto ano em diante, utilizou-se um percentual estimado de 5% a.a. de crescimento vegetativo;

Os cálculos não apresentam índices de projeções inflacionárias, visto que a Perspectiva considera que a atualização monetária das receitas e despesas se dará na mesma proporção, havendo necessariamente o equilíbrio financeiro da Agência.



Apresentamos abaixo os gráficos ilustrativos:



Conclui-se que, considerando os critérios adotados, a Agência estará totalmente implantada à partir do terceiro ano. Entretanto, deve-se mencionar que, dependendo da ampliação do número de usuários pagantes e dos valores unitários ou da possibilidade de alavancagem de empréstimo inicial, este período poderá ser reduzido.



8. CONCLUSÃO

As competências técnicas da Agência estão exaustivamente explicitadas no art. 45 da Lei Estadual 13.199/99. Considerando essas atribuições legais, as questões jurídicas e técnicas citadas nos capítulos anteriores e as exigências cabíveis, podemos mencionar que a ABHA possui as condições necessárias para equiparar-se à Agência de Bacia, pois:

1. Foi criada por livre manifestação de usuários de recursos hídricos e aprovada no CBH-Araguari;
2. Os problemas detectados no diagnóstico ambiental da Bacia do Rio Araguari comprovam a necessidade de implantação imediata de um sistema de gestão Comitê – Agência;
3. Possui uma estrutura gerencial compatível na medida em que todas as atribuições legais exigidas pelo artigo 45 da lei 13.199/99 estão cobertas pelo organograma funcional;
4. Tem a comprovação da viabilidade econômica através da aplicação da cobrança pelo uso / poluição da água conforme certificado no capítulo 7.3;
5. Possui caráter técnico de atuação o que pode ser observado pelas competências e atribuições e mecanismos regulatórios previstos no estatuto;
6. Possui maturidade institucional haja vista ter sido aprovada pelo CBH-Araguari e desenvolvido a gestão administrativa e financeira do contrato com o Consórcio Capim Branco Energia – CCBE;
7. Possui vinculação efetiva aos órgãos do SEGRH conforme pode ser comprovado pelo artigo 1º de seu estatuto.

Por fim cabe mencionar que a atuação do CBH – Araguari, em conjunto com a ABHA já mereceu destaque pelo IGAM. Ou seja, no passado, esse Instituto escolheu dois comitês para implantar entidades equiparadas à Agência de Bacia, dentre eles o CBH – Araguari, justamente “pelo alto grau de mobilização, atuação e desempenho já demonstrados.”

Diante disso, uma vez presentes todos os requisitos e considerando-se todo o exposto **é o presente para requerer a equiparação da ABHA à Agência da Bacia e em seguida a assinatura de Contrato de Gestão com o IGAM.**



9. BIBLIOGRAFIA

ALMG – ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Belo Horizonte Disponível em www.almg.gov.br , acesso em maio 2005.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**, 12ª edição, Editora Lumen Iuris, RJ, 2005.

CEMIG – Cia. Energética de Minas Gerais, Disponível em www.cemig.com.br, acesso em maio / junho 2005.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Parcerias na Administração Pública**, 2ª edição, Editora Atlas, São Paulo, 1996, pág. 137.

GRANZIEIRA, Maria Luiza Machado. **“Estudo Jurídico-Institucional para Implantação de Órgão Gestor para a Bacia do Rio Doce”**. Agência Técnica da Bacia do Rio Doce, 1997.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA, Disponível em www.ibge.gov.br, acesso em maio 2005.

- Censo demográfico 2000.
- Cidades@. , acesso maio 2005

IGAM – INSTITUTO MINEIRO DE GESTAO DAS AGUAS, **Qualidade das Águas Superficiais no Estado de Minas Gerais 2003** / Relatório de monitoramento das águas superficiais na bacia do rio Paranaíba em 2003, Belo Horizonte 2005.

INDI – MG – INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DE MINAS GERAIS. Belo Horizonte, disponível em www.indi.mg.gov.br , acesso maio 2005

LIMA, s c.; SANTOS, r. j. ;(organizadores) **Gestão Ambiental da Bacia do Rio Araguari** - rumo ao desenvolvimento sustentável. Universidade Federal de Uberlândia / Instituto de Geografia, Brasília, CNPq, 2004.

MACIEL JR, Paulo. **Ouro Azul – A água como bem econômico**. Belo Horizonte. 2004.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Municipal Brasileiro**, 6ª edição, Editora Malheiros, São Paulo, 1993. pág. 307.

VIEIRA, Carlos Ernane. **Diagnóstico da Demanda de Água Superficial na Bacia do Rio Araguari**. Curso de Especialização em Hidrologia Ambiental. Instituto de Química. Universidade Federal Uberlândia.

PROSAM / MG **“Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas”**. Programa de Saneamento Ambiental dos Ribeirões Arrudas e Onça – Governo do Estado de Minas Gerais – BIRD / 1997.

SANTILLI, Juliana. **“Política Nacional de Recursos Hídricos: Princípios Fundamentais”**, em Direito, Água e Vida, Vol. 1. Organizador: Antônio Herman Benjamin, Imprensa Oficial, São Paulo, 2003.



10. ANEXOS

10.1. OUTORGAS CONCEDIDAS PELO IGAM NA BACIA DO RIO ARAGUARI.



10.2. ESTATUTO DA ABHA.



**10.3. ATO DELIBERATIVO DO CBH-ARAGUARI AUTORIZANDO O
REQUERIMENTO DA EQUIPARAÇÃO JUNTO AO CERH-MG.**